

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

PAISAGENS ALIMENTARES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

**Análise do comércio popular de alimentação:
estudo de caso em Pelotas, RS**

SIDNEY GONÇALVES VIEIRA

PELOTAS, RS, 2022

SIDNEY GONÇALVES VIEIRA

PAISAGENS ALIMENTARES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

Análise do comércio popular de alimentação:

estudo de caso em Pelotas, RS

Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, para solicitação de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Pq 2, Chamada 09/2022.

PELOTAS, RS, 2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 Sobre os critérios para classificação da proposta	7
2 RESUMO DA PROPOSTA	14
2.1 A fome no Brasil: permanências e rupturas.....	16
3 OBJETIVOS E METAS.....	19
3.1 Objetivo geral	19
3.2 Objetivos específicos	20
3.3 Metas	22
4 METODOLOGIA.....	24
5 RESULTADOS ESPERADOS	26
6 RELEVÂNCIA E IMPACTO DO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO OU DE INOVAÇÃO	28
6.1 Grupos de Pesquisa CNPq e Rede de Pesquisa	28
6.2 Por uma semiótica da paisagem	30
6.3 Foodscapes: as paisagens dos alimentos	32
6.4 Segurança Alimentar e Nutricional	34
6.4.1 Espaço social e alimentação saudável	35
6.4.2 A Produção do Espaço Social.....	37
6.4.3 Os Circuitos da Produção Alimentar	38
6.4.4 DHAA e SAN como direitos e como Política Pública	41
6.5 Espaço diferencial e territórios sustentáveis.....	46
6.5.1 A sociedade insurgente na garantia da alimentação	47
6.5.2 Em busca da apropriação do espaço	48

6.5.3 Apontando direções	52
7 COMPILAÇÃO SUCINTA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA DESENVOLVIDAS	54
8 DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROJETO A SER DESENVOLVIDO	68
8.1 Pelotas e Rio Grande: uma complementariedade regional	68
8.2 Dinâmica locacional: centro e centralidade em Pelotas, 1960 a 2014.....	74
8.3 Considerações gerais sobre o comércio em Pelotas	80
9 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	83
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a segunda versão de projeto apresentado ao CNPq para a obtenção de Bolsa de Produtividade. A versão anterior, apresentada na Chamada de 2021, apesar de ter seu mérito reconhecido não alcançou classificação que permitisse seu atendimento. A partir da análise feita pelos avaliadores foi feita criteriosa revisão na proposta a fim de melhorar sua qualidade enquanto projeto, para submeter novamente à apreciação da agência, devidamente modificada e atualizada.

A proposta aqui apresentada pretende dar continuidade a estudos realizados e em andamento sob a coordenação do autor. Especialmente, é um estudo específico da Geografia do Comércio e do Consumo iniciado no projeto “**ATLAS DO COMÉRCIO DE PELOTAS: análise da composição, da organização e da dinâmica do comércio de bens e serviços em Pelotas, RS, 2019-2021**”, contemplado com Bolsa de Produtividade, Pq2, Chamada 2018, realizado entre março de 2019 e fevereiro de 2021 (com interrupção em 2020 por realização de estágio como Professor Visitante Sênior, com financiamento CAPES). O referido projeto tratou de uma análise preponderantemente descritiva do setor terciário na cidade de Pelotas, RS, com ênfase para as atividades comerciais. Pode-se afirmar que se tratou de um levantamento necessário para o prosseguimento de análises mais críticas, aprofundadas e especificamente direcionadas no setor. A primeira condição para se analisar a realidade é, na verdade, seu conhecimento empírico, a partir da observação, sua identificação, descrição, classificação e caracterização críticas. A partir desses elementos é que se torna possível o aprofundamento das análises. É fundamental conhecer o universo empírico, a base material, para poder tecer uma análise crítica aprofundada. Nesse sentido, o projeto em desenvolvimento cumpriu com a meta principal, que foi a de dar conhecimento do universo acerca do comércio da cidade de Pelotas, tornando possível, a partir daí a análise de especificidades.

Há que se ressaltar, se trata também de uma continuidade de estudos realizados no âmbito do projeto de internacionalização CAPES/PRINT/UFPEL intitulado “**Alimentação saudável em territórios sustentáveis**”, com o desenvolvimento do projeto “**Alimentação, cultura e identidade**”, o qual o proponente coordena, tendo realizado o já citado estágio como Professor Visitante Sênior no Instituto de Geografía da Faculdade de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, levando a efeito o projeto “**Foodscapes: discursos, representações e estratégias**

em torno do comércio e do consumo de alimentos saudáveis e da produção de territórios sustentáveis". A pesquisa correlata, desenvolvida em Buenos Aires, permitiu o estudo de bibliografia específica, a solidificação de fundamentos teóricos e de metodologia capaz de permitir estudos comparados e o aprofundamento da temática e da problematização apresentados no presente projeto.

No mesmo sentido, também, a análise preconizada no presente projeto se inscreve na linha de atuação na qual está inserido o coordenador como participante do Projeto de Extensão intitulado **"HORTAS URBANAS: um projeto de sustentabilidade urbana para a comunidade pelotense"**, que visa propiciar à população a reflexão sobre a sustentabilidade urbana do ponto de vista alimentar, nutricional, ambiental, da saúde, econômico e social, incentivando a mudança da paisagem urbana e fortalecendo o caminho para o direito à cidade, a partir de ações efetivas nos bairros da cidade de Pelotas. Portanto, se trata de uma conjunção de esforços no sentido de solidificar uma análise da realidade da Geografia do Comércio e do Consumo a partir de práticas que oportunizem alimentação saudável e ambientalmente relevantes para a sociedade.

A proposição atual visa aprofundar a análise sobre o equipamento comercial da cidade, agora voltada para o comércio popular de alimentação, entendida a partir da paisagem alimentar (*foodscape*, na versão original do termo). Da totalidade do comércio existente e devidamente descrito, se pretende, agora, debruçar o olhar para a produção, comércio e consumo alimentar, a partir da análise permitida por um dos elementos fundamentais do espaço, tal seja, a paisagem.

1.1 Sobre os critérios para classificação da proposta

A fim de instrumentalizar o julgamento da proposta serão apresentados a seguir elementos que poderão ajudar na avaliação, conforme os critérios estabelecidos para classificação das propostas quanto ao mérito técnico-científico.

A - RELEVÂNCIA, ORIGINALIDADE E CARÁTER INOVADOR DA CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA, INTELECTUAL E ARTÍSTICA DO PROPONENTE AO LONGO DA CARREIRA, COM ÊNFASE NA ATIVIDADE RECENTE.

Em 2018 encerrei meu terceiro mandato com Diretor do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, com isso, a partir daí, pude retomar a dedicação de maiores esforços às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante os anos atuando nas atividades administrativas, e também enquanto coordenador dos colegiados de curso de graduação e coordenador adjunto da pós-graduação, me habilitei no gerenciamento das atividades-meio da universidade, extremamente importantes para o correto funcionamento acadêmico.

Com o fim dessa fase “administrativa” retornei à coordenação do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, do qual faço parte desde sua criação em 2002, passando a gerenciar a equipe de pesquisadores, docentes e estudantes integrantes daquele centro de ensino, pesquisa e extensão. Durante os vinte anos de atuação junto a esse laboratório tenho coordenado projetos, orientado estudantes e realizado inúmeras atividades de extensão universitária de destacada importância para a UFPEL.

Ao longo da minha trajetória tenho aumentado minha participação na produção acadêmica. Minha maior produção ainda diz respeito a participação em eventos, onde apresento trabalhos, realizo palestras e atualizo a discussão. Também destaco minha produção para os capítulos de livros, resultantes da necessária divulgação científica para discussão pública e que demonstra o reconhecimento dos colegas organizadores. Ainda é tímida minha participação em artigos acadêmicos, sobretudo em revistas de alto impacto, mas esse é um fator que passou a ser melhor observado a partir do fim do meu “ciclo administrativo” e ao qual passei a dedicar maior atenção.

Chamo a atenção para o grande número de orientações que tenho, nos variados níveis de pesquisa, da iniciação científica ao doutoramento. Minha dedicação a esses estudantes tem me

permitido formar um grupo de “descendentes” que comungam as mesmas vertentes teóricas e metodológicas, promovendo um prolongamento dessas discussões por onde atuam.

B - MÉRITO ACADÊMICO E INTELLECTUAL, ORIGINALIDADE E RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO OU SOCIAL DO PAÍS, CONSIDERANDO, ADICIONALMENTE, SEUS POTENCIAIS IMPACTOS E CARÁTER INOVADOR.

Analisar a fome, no Brasil de hoje, é um tema de suma relevância, dada a realidade da conjuntura social observada, como se descreverá mais adiante. A problematização desse tema, tratando da paisagem alimentar e da análise do comércio popular da alimentação, apresenta uma originalidade em termos de tratamento teórico, haja vista que propõe uma análise de importância para a Geografia, ou seja, a consideração do tema a partir de um conceito e categoria de análise muito caro para a ciência geográfica. Nesse sentido, se destaca o mérito acadêmico da proposta pela apresentação de uma proposta de pesquisa fundamentada em teoria e método adequados para a proposição. Apresenta objetivos e metas claros, bem definidos e concretos, apontando para a viabilidade de aplicação prática.

Do mesmo modo, a proposta tem capacidade de gerar impactos na sua aplicação, considerando as possibilidades de uso da análise na administração e no planejamento de ações públicas e/ou privadas tendentes a atacar o problema da fome.

C - CONTRIBUIÇÃO DO PROPONENTE PARA A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS E ATUAÇÃO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

Desde 1991 até o presente já orientei mais de 108 estudantes/pesquisadores, sendo 15 de Iniciação Científica.

Nos últimos cinco anos concluí as seguintes orientações:

4 de Iniciação Científica,

3 de Trabalho de Conclusão de Curso
6 de Mestrado Acadêmico e
3 de Doutorado.

Atualmente tenho as seguintes orientações:

1 de Iniciação Científica,
1 de Trabalho de Conclusão de Curso,
3 de Mestrado e
6 de Doutorado.

A atividade de orientação tem proporcionado a criação de um grupo de pesquisadores envolvidos em projetos semelhantes, à luz de temáticas parecidas que versam sobre as questões aqui propostas nas linhas de análise da paisagem, comércio e consumo. O uso de um referencial teórico sistematizado e de uma metodologia definida permitem a formação de um corpo teórico que se reflete também nos trabalhos desenvolvidos pelos egressos em suas atividades profissionais.

Atualmente integro dois programas de Pós-Graduação, como segue.

Programa de Pós-Graduação em Geografia, referente ao Departamento de Geografia no qual estou lotado na Universidade Federal de Pelotas, participo na condição de docente permanente desde a criação do programa, processo do qual também participei ativamente, em 2012.

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, lotado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, de natureza interdisciplinar, integro na condição de docente permanente, tendo sido um dos criadores do programa em 2006.

Participei da criação e atuei como docente colaborador do **Programa de Pós-Graduação em Geografia**, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde orientei e participei de inúmeras bancas.

D - COOPERAÇÃO COM GRUPOS DE PESQUISAS OU INSTITUIÇÕES NO PAÍS E NO EXTERIOR, E PARTICIPAÇÃO OU COORDENAÇÃO DE PROJETOS E REDES DE PESQUISA.

Recentemente assumi a coordenação do **Projeto de Cooperação Internacional** junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural “**Alimentação, cultura e identidade**”, no âmbito do Programa de Internacionalização CAPES/PRInt/UFPEL intitulado “Alimentos saudáveis em territórios sustentáveis”. Além dos aspectos científicos referidos ao projeto, que propiciaram minha participação como Professor Visitante Sênior na Universidad de Buenos Aires, a coordenação me coloca à frente do gerenciamento de todo intercâmbio internacional em execução no projeto. Com isso passo a realizar os contatos com as universidades participantes do projeto, com os tutores dos estágios nos países de destino, com os professores visitantes estrangeiros, bem como o intercâmbio dos estudantes do programa, envolvendo com isso o relacionamento com Argentina, Espanha, Estados Unidos, França e Itália diretamente.

Ainda no âmbito do Programa de Internacionalização CAPES/PRInt/UFPEL, integro a equipe do **Projeto de Colaboração Internacional “Centro de Cidades Saudáveis, Envelhecimento e Cidadania”**, sob a coordenação da professora Adriana Portella (FAUrb/UFPEL), integrado por equipes dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Memória Social e Patrimônio Cultural, Odontologia, Educação Física e Epidemiologia da Universidade Federal de Pelotas, realizado em colaboração com universidades do Reino Unido, França, Argentina e Chile.

A realização de três estágios de pós-doutoramento, como Pesquisador Visitante na Universitat de Barcelona, depois como Professor Visitante na mesma Universtat de Barcelona e como Professor Visitante Sênior na Universidad de Buenos Aires, além da realização de estágio durante o doutoramento na Universidade de Lisboa, permitiram minha integração a grupos de pesquisa de caráter internacional. Assim, participo da **International Retail Urban Net**, rede de pesquisadores sobre comércio e consumo sediada no Observatori del Comerç da Universitat de Barcelona. Sou revisor *ad hoc* da revista do **Centro de Investigações Geográficas**, da Universidade do Porto. Participo de pesquisas em colaboração com membros do **Grupo de Estudios Geográficas Emergentes: políticas, conflicto y alternativas socioespaciales**, do Instituto de Geografía de la

Universidad de Buenos Aires e com o **Equipo de investigación sobre Turismo y Territorio**, do mesmo instituto.

Atualmente sou coordenador geral da **Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo**, criada em 2015 e que tem a participação de mais de dez universidades do Brasil integrando cerca de 30 pesquisadores sobre a temática do comércio e do consumo.

Na Universidade Federal de Pelotas coordeno os seguintes **Projetos de Pesquisa**:

Análise da estrutura e da dinâmica do setor de comércio e serviços: variáveis e indicadores para estudo comparado.

Atlas do comércio de Pelotas: Análise da composição, da organização e da dinâmica do comércio de bens e serviços em Pelotas, RS, 2021-2024

Rede Brasileira de estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo.

Esses três projetos possuem a mesma área de estudos temáticos, tal seja a Geografia do Comércio e do Consumo, tratadas em diversas perspectivas de pesquisa. Em todos os projetos há a participação de um núcleo de pesquisadores estruturados junto ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, UFPEL, permitindo a consolidação de uma importante sedimentação de conhecimentos sobre o tema. Junto do LEUR participo de outros projetos, como colaborador, na forma como estão relatados no currículo Lattes.

E - GRAU DE ADERÊNCIA DO PROJETO ÀS ÁREAS: ESTRATÉGICAS, HABILITADORAS, DE PRODUÇÃO, PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PARA QUALIDADE DE VIDA BEM COMO O GRAU DE ADERÊNCIA DO PROJETO À CIÊNCIA BÁSICA E FUNDAMENTAL.

O projeto apresenta alinhamento com a área de **Produção** referidas ao **Agronegócio e Serviços**. A proposta está diretamente ligada à produção alimentar saudável e à produção de

territórios sustentáveis. Também está inserida na análise dos serviços uma vez que trata de analisar o comércio popular da alimentação, setor de estudo no qual o projeto se insere dentro da área da Geografia do Comércio e do Consumo.

No que diz respeito à área do **Desenvolvimento Sustentável** o projeto se insere diretamente nas questões relativas às **Energias Renováveis** e **Preservação Ambiental**, haja vista a preocupação que tem com a produção de alimentos, como se disse e ficará evidente no decorrer no texto.

Também adere à área da **Qualidade de Vida** considerada pela legislação pertinente, tendo aplicação direta na **Saúde**.

F - ATUAÇÃO EM SOCIEDADES CIENTÍFICAS E EDITORIA DE PERIÓDICOS NO PAÍS E NO EXTERIOR, ATUAÇÃO EM GESTÃO CIENTÍFICA, PRÊMIOS, CONDECORAÇÕES, E OUTRAS DISTINÇÕES, CONSIDERANDO SUA FASE PROFISSIONAL.

Sou Coordenador Geral da **Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo**, desde 2021. Na mesma rede exerci no mandato anterior 2019-2021 o cargo de Coordenador Adjunto.

Exerço a Coordenação Geral do **Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais**, órgão de ensino, pesquisa e extensão lotado no Instituto de Ciências Humanas da universidade Federal de Pelotas. Participo do “Laboratório” desde sua criação em 2002 e exerço a Coordenação Geral desde 2018.

Faço parte do Conselho editorial da **Revista Estudos Históricos do Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil**, de Rivera, Uruguai

Sou membro do Conselho Editorial da **Revista Geographia Meridionalis**, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas.

Avaliador *ad hoc* das seguintes Revistas Científicas:

- **Revista Oculum Ensaios**, Revista de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP;
- **Revista Projectare**, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas;
- **Revista Pixo**, Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas;
- **Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía**, da universidad Nacional de Colombia;
- **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, do Centro de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade do Porto, Portugal;
- **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, do Centro de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra, Portugal;
- **Revista Geografia, Ensino e Pesquisa**, da Universidade Federal de Santa Maria

Recentemente recebi as seguintes premiações:

1º Lugar entre os Melhores Trabalhos no VI Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade.

Laboratório de Comércio e Cidade. Universidade de São Paulo. Trabalho premiado:

VIEIRA, S. G.; LIHTNOV, D. D. Localização Comercial no Tempo e no Espaço: Dinâmica da Cidade de Pelotas, RS. In: **V Colóquio Internacional Sobre o Comércio e a Cidade**: uma relação de origem, 2016, São Paulo, SP. Trabalhos Completos - V Colóquio Internacional Sobre o Comércio e a Cidade: uma relação de origem. São Paulo, SP: FAUUSP/LABCOM, 2016. v. 1. p. 42-56.

1º Lugar entre os Melhores Trabalhos no V Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade.

Laboratório de Comércio e Cidade. Universidade de São Paulo. Trabalho premiado:

VIEIRA, S. G.; PRADO, R. P. MONTELLI, C. C. Comércio com memória: metamorfoses e permanências das atividades terciárias na Praça da Alfândega, Porto Alegre, RS. In: **VI Colóquio Internacional Sobre Comércio e Cidade**, 2018, Porto Alegre, RS. Anais do VI Congresso Internacional sobre Comércio e Cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2018. v. 1. p. 151 - 172.

2º Lugar no IV Concurso Fotográfico "O lugar do Mercado e a imagem da troca", Laboratório de Comércio e Consumo, Universidade de São Paulo.

2 RESUMO DA PROPOSTA

A fome é o **tema** do presente projeto de pesquisa, pois constituiu o pano de fundo sobre o qual se construiu essa proposta. A **problematização** analisa as manifestações socioespaciais materializadas, ou seja, investiga como aparecem nas formas objetivas do espaço social, a paisagem, as práticas alimentares populares. Busca analisar de que se alimentam as pessoas pobres na cidade, o que comem, quais são as práticas alimentares que utilizam para produzir, adquirir, preparar e consumir alimentos. Parte da hipótese de que tais práticas são capazes de produzir formas espaciais que evidenciam o caráter popular desses territórios e que sua identificação na paisagem provoca segregação socioespacial nas cidades.

Busca-se refutar a consideração tradicional da alimentação que a reduz à condição de satisfação de uma necessidade biológica natural, mas se avança no sentido de analisar as práticas alimentares associadas à alimentação na sua consideração humana e social. Neste sentido, o próprio conceito de segurança alimentar deverá ser revisto em seu uso como política pública, haja vista o limite que possui para erradicação da fome. A própria fome será analisada em uma perspectiva crítica que refuta sua consideração apenas como uma falha no equilíbrio social, político ou econômico de uma sociedade, mas vista como própria da maneira como a sociedade capitalista se reproduz.

No decorrer da proposta será possível concluir que a noção de paisagem que se trabalha aqui não é aquela própria dos estudos clássicos e tradicionais da Geografia, filiados a uma perspectiva hipotético-dedutiva de análise característica do positivismo e do neopositivismo. Ultrapassou-se essa perspectiva para uma análise baseada na dialética, capaz de considerar múltiplos aspectos da paisagem, mas fundamentalmente, capaz de reconhecer na paisagem a historicidade dos processos que a produziram e, portanto, a inegável contribuição da sociedade na sua produção. Sendo assim, se trata de uma paisagem capaz de conter as idiosincrasias da sociedade que a produziu, seus sonhos, anseios e projetos que restaram inscritos nas formas materiais que compõem o espaço, a paisagem.

O que se pretende com a análise proposta é desvendar os discursos, as representações e as estratégias usadas pela sociedade para produzir (e re-produzir) sua existência, analisando as formas e seus respectivos usos por ela criadas, por entendermos que tais formas contêm as marcas impressas que denotam as intenções dos seus produtores. Especialmente, analisando as paisagens

alimentares, espera-se poder desvendar as estratégias adotadas pelas camadas de baixa renda em suas práticas alimentares, envolvendo o que fazem para produzir, adquirir, preparar e consumir alimentos.

Poder-se-ia perguntar: mas porque analisar a paisagem para entender as relações sociais de produção? Porque entende-se que a paisagem é a manifestação mais objetiva dessas relações. É visível, explícita e permite leituras para além da sua objetividade. A paisagem, entre os elementos do espaço social, expõe formalmente as contradições existentes na sociedade, mesmo quando busca escondê-las. A sociedade ao reproduzir o espaço deixa transparecer nas suas formas as intenções contidas nessa organização, é assim que os valores subjetivos se incorporam, de maneira objetiva, na paisagem. A forma de apresentação de um estabelecimento comercial, os usuários de um restaurante popular, o local onde se abrigam os sem teto, a limpeza ou a sujeira das ruas entre outros exemplos mostram as relações sociais existentes no espaço. E, na valorização do espaço urbano esses elementos são capazes de atribuir valor de maneira objetiva ao espaço, inclusive pelo valor da terra, definindo locais de maior ou menor valor em função da aparência do lugar, a paisagem. É notável a distinção existente entre áreas ricas e pobres nas cidades, visualmente identificáveis na paisagem. Aqui, dentro da especificidade da problematização pretendida, se verifica que as paisagens alimentares também são capazes de definir usos no espaço, mostrando onde e como os pobres produzem, adquirem, preparam e consomem suas comidas.

Ainda será preciso aprofundar a literatura referente ao estudo da fome, que, como se disse constitui o pano de fundo no qual se desenvolve a presente análise, ante a consideração de que a alimentação não serve apenas para saciar as necessidades imediatas e biológicas da pessoa. Mesmo a análise crítica do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional merecem um aprofundamento crítico, haja vista a possibilidade ideológica de uso dessas propostas e da alienação contida no seu uso.

A problematização, centrada no estudo da paisagem, permitirá um estudo da segregação socioespacial urbana, levada a efeito pela separação presente na percepção da paisagem, na sua representação e concepção. O entendimento do espaço na sua concepção social torna possível a análise das diversas instâncias do espaço, a partir da análise do espaço percebido, vivido e concebido, permitindo uma compreensão crítica da realidade.

O estudo do comércio popular de alimentos permitirá compreender as estratégias da população pobre em relação as estratégias adotadas para se alimentar, o que permite agir de forma

adequada e crítica para o enfrentamento do problema da fome, assim como também permite compreender melhor os mecanismos de produção dessas paisagens e da segregação socioespacial na cidade.

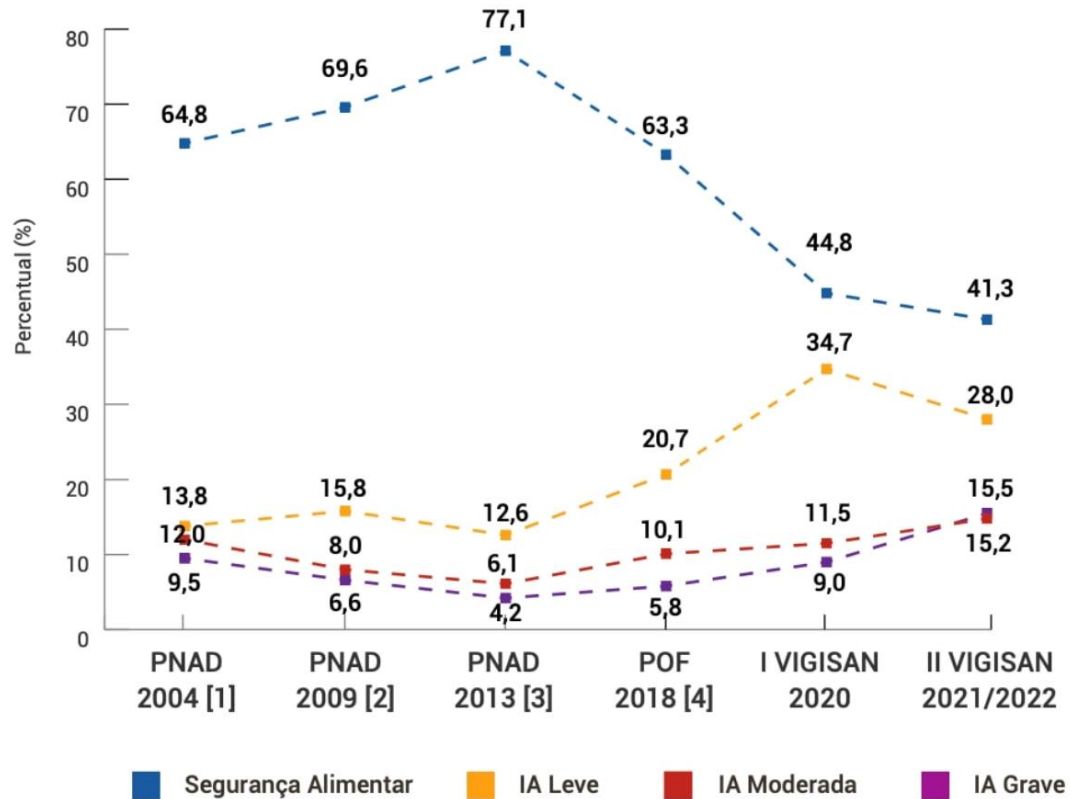
2.1 A fome no Brasil: permanências e rupturas

A análise do tema da fome tem sido recorrente no Brasil. Infelizmente, muitas vezes, tem sido tratado apenas como um problema político, ou, na maior parte das vezes, como um desequilíbrio na administração da economia. Mas, a fome não pode ser vista apenas do ponto de vista do Estado ou de instituições internacionais que a tentam administrar. É preciso retomar a discussão em torno de sua consideração das relações sociais responsáveis pela fome, verdadeiramente.

Seguindo os passos de Ribeiro Junior (2015) observamos que é possível identificar, de modo genérico, períodos que mostram distintas maneiras de enfrentamento da fome e/ou da alimentação no país. No chamado Estado Novo o salário mínimo leva em conta a “ração essencial mínima”. Já durante a Ditadura Militar se observa quase que o desaparecimento da palavra #fome# das ações do planejamento autoritário que vigorou no período. Com o início da redemocratização do país as discontinuidades no tratamento do problema a floraram nas distintas políticas neoliberais e progressistas apresentadas pelos governos que se sucederam. Grande destaque deve ser dado para o programa Fome Zero, que introduz uma política de transferência de renda como maneira de combate à fome.

O fato é que a fome persiste, é uma permanência em nossa sociedade, apesar das diferentes rupturas que se mostram nas discontinuidades de seu tratamento. Entretanto, a fome adquiriu uma expressão assombrosa a partir da pandemia por COVID-19, e o relatório do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (PENSSAN, 2022), revela uma estrutura alarmante do problema. A pesquisa revela que, em 2022, mais de 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil, um dado que representa praticamente o dobro do apresentado em 2020. Isso, em número absolutos, aponta que cerca de 14 milhões de novos brasileiros passaram a conviver com a situação de fome no período de dois anos. Ainda, segundo o mesmo estudo, é possível constatar que mais da metade da população brasileira, dado correspondente a 58,7%, vive com insegurança alimentar.

Figura 1 – Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022.

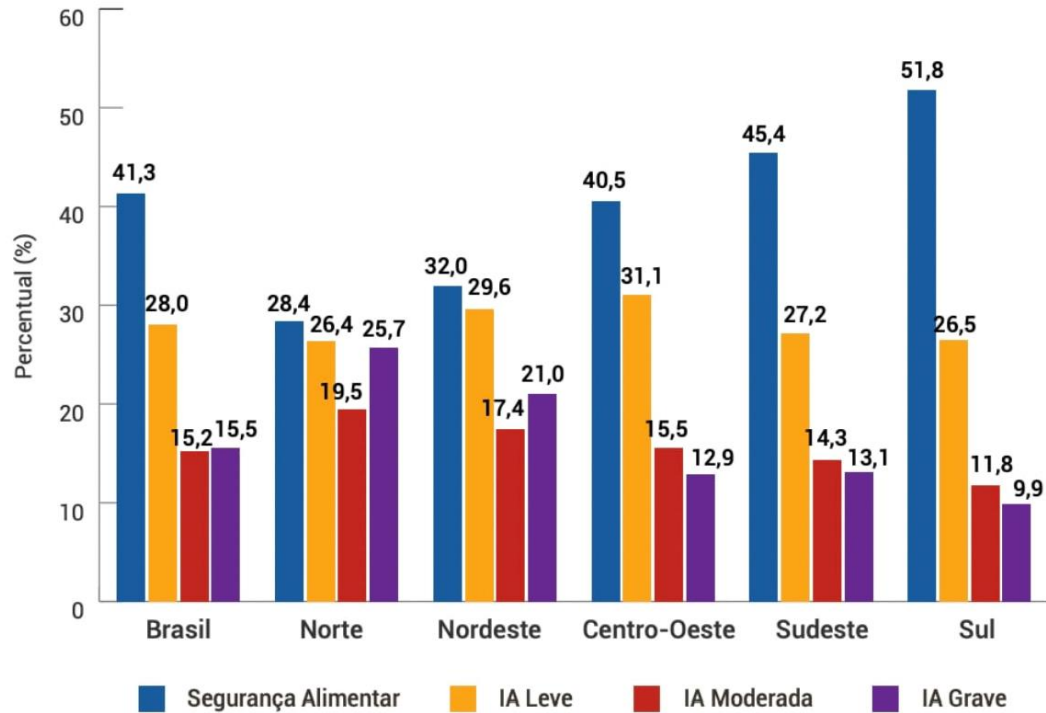


* Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Fonte: PENSSAN, 2022, p. 72.

Observa-se disparidades na distribuição regional do tema. A Região Sul, por exemplo, é a única na qual o percentual de Segurança Alimentar supera o somatório dos níveis de Insegurança Alimentar. De qualquer modo, em todas as macrorregiões brasileiras o quadro é absolutamente alarmante, ainda mais quando se observa que a Insegurança Alimentar Grave apresentada na Região Norte, por exemplo, é praticamente o mesmo da Segurança Alimentar sem considerar os níveis leve e moderado.

Figura 2 - Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no país. Brasil e macrorregiões.



Fonte: PENSSAN, 2022, p. 39.

As revelações do “Relatório” (PENSSAN, 2022) propiciam inúmeras outras análises, todas elas apontando para a necessidade imediata de intervir no panorama apresentado. Apesar disso, se observa que a Geografia brasileira, especificamente, mas, de modo geral, as Ciências Humanas e Sociais, pouco analisaram a questão da fome, pelo menos na perspectiva que tente ultrapassar a análise de políticas públicas voltadas a atacar o problema. Já em 1948 a obra de Josué de Castro (2008) analisou com profundidade esse flagelo da sociedade e se acredita que a leitura crítica dessa obra ajude a analisar o problema, agora também com a análise das relações sociais no capitalismo e o processo de urbanização contemporâneo, o que permitirá que se considere também a crítica da economia política e da produção do espaço como caminhos relevantes para uma análise contemporânea da fome. Tais discussões se apresentam como necessárias no desenvolvimento da pesquisa.

3 OBJETIVOS E METAS

3.1 Objetivo geral

Este objetivo se refere mais diretamente à problematização geral proposta pela pesquisa, ou seja, o modo como se pretende estudar o tema amplo no qual se insere a investigação.

Analisar as manifestações da segregação socioespacial na paisagem, produzidas pelas estratégias das práticas alimentares dos pobres.

Busca-se, com esse objetivo, analisar os aspectos relativos à economia política dos espaços de alimentação dos pobres que, sobretudo nos espaços urbanos, é demonstrada por intermédio de grandes desigualdades socioespaciais. Cabe aqui investigar a maneira como a paisagem revela essas diferenciações sociais no espaço. Espera-se encontrar na paisagem as evidências das distinções sociais resultantes das práticas alimentares, que permitirão identificar desigualdades socioterritoriais capazes de demonstrar as formas de resistência e transformação usadas pelos trabalhadores e consumidores das classes populares. A sociedade, de modo geral, e os trabalhadores e consumidores pobres, elaboram seus espaços de representação (espaço vivido), que dizem respeito a dimensão simbólica do espaço, não são o espaço propriamente, mas algo para além de sua materialidade, uma metapaisagem, ou seja, uma leitura daquilo que emana do espaço. Refere-se ao processo de significação, ligado aos símbolos associados a esta dimensão do espaço. O ponto de partida adotado na fundamentação teórica reconhece a impossibilidade de análise da realidade a partir de uma de suas partes, apenas, mas mesmo reconhecendo que para a compreensão do processo de produção do espaço é necessário considerar também as dimensões das práticas espaciais (espaço percebido) e das representações do espaço (espaço concebido), o que se pretende aqui é analisar o comportamento desta qualidade material do espaço, a paisagem, para depois relacionar com as demais dimensões na busca de compreensão da dinâmica da totalidade. Trata-se, portanto, de um exercício didático de decomposição da realidade em partes analíticas distintas, que não serão tomadas como o todo. Pretende-se utilizar estudos pregressos em Barcelona (VIEIRA, 2015), São Paulo (VIEIRA, 2003) e Buenos Aires (VIEIRA; BERTONCELLO, 2021), além da bibliografia de referência, para comparar com os levantamentos a serem feitos durante a presente pesquisa.

3.2 Objetivos específicos

Aqui os objetivos se remetem a aspectos mais particulares do problema, principalmente verificáveis por intermédio da análise do objeto material definido e do estudo de caso proposto.

a) Identificar as estratégias utilizadas pelos pobres em suas práticas alimentares para produzir, adquirir, preparar e consumir alimentos

A alimentação não pode ser vista exclusivamente como uma necessidade elementar do ser humano, haja vista que as necessidades (e os modos como as saciamos) estão sempre em transformação e são historicamente produzidos: o homem é um ser natural e humano. Portanto, as necessidades, como a alimentação, não são supridas apenas para garantir a sobrevivência, mas também a satisfação social. Nesse sentido, a alimentação possibilita também uma maneira de apropriação da realidade objetiva, por intermédio da qual os seres humanos satisfazem também suas necessidades sociais. Por isso é preciso considerar não apenas o ato de alimentar-se, mas todo o processo que envolve também a produção, aquisição, preparo e, finalmente o consumo dos alimentos. Aqui se pretende investigar que estratégias se utilizam os pobres para verem atendidas sua necessidade alimentar. Pretende-se investigar quais relações sociais são estabelecidas pelos pobres para realizarem esses distintos momentos da satisfação da alimentação no circuito popular em que se movimentam.

b) Relacionar as paisagens alimentares com as práticas alimentares dos pobres.

Por outro lado, os espaços concebidos também expõem ideias de mundo daqueles que pensam o espaço e o apresentam para a sociedade na forma de projetos, textos, interpretações do mundo que são materializados nas formas construídas. São paisagens que podem acolher ou rechaçar a presença de determinadas pessoas em função de suas características socioeconômicas, por exemplo. Interessa aqui entender a relação existente entre as diferentes paisagens expressas nas representações do espaço com os pobres nas suas estratégias de alimentação. Busca-se entender de que maneira uma paisagem concebida para uma determinada parcela da sociedade pode segregar os demais em função dos seus elementos constitutivos. Será analisado aqui o comportamento dos pobres diante de diferentes expressões materiais na paisagem em relação às suas práticas

alimentares: onde compram alimentos? Como escolhem os locais de suas práticas alimentares? Quais fatores se apresentam como convidativos ou repelentes para a realização das práticas alimentares dos pobres.

c) Investigar os sistemas de abastecimento alimentar da cidade a fim de compreender os circuitos espaciais configurados pelas práticas alimentares

Fundamentalmente se buscará compreender os circuitos do abastecimento alimentar, visto que, em grande parte, são responsáveis pela oferta alimentar na cidade. Tanto os pequenos comerciantes como as grandes empresas são responsáveis pelo fornecimento de alimentos para a alimentação popular, e, é preciso compreender as distintas lógicas que presidem os movimentos dos vendedores ambulantes de alimentos, dos restaurantes populares que configuram um circuito popular de alimentação em contrapartida com outras formas de oferta alimentar.

d) Ampliar a discussão teórica acerca da alimentação, incluindo a discussão das categorias de análise da paisagem alimentar, da ideologia, da alienação e da teoria dos dois circuitos econômicos, entre outros.

As categorias de análise apontadas no presente projeto ainda são recentes na sua utilização com relação à problematização proposta. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e o estudo voltado especificamente para esse fim será fundamental para tornar possível o uso de conceitos consagrados para a análise do espaço em geral para o fim particular de entender as paisagens alimentares e comércio popular de alimentos. O próprio conceito de *foodscape*, aqui introduzido, ainda não demonstrou sua potencialidade e alcance nos estudos da Geografia. Por outro lado, a consideração da **ideologia** para análise da fome, de modo geral, é outro aspecto que precisa de aprofundamento. O mesmo se aplica para a **alienação** e **fetiche**, apontadas como uma possibilidade crítica do entendimento da alimentação como um ato social e não apenas natural. Por fim, na análise das **estratégias de produção popular da alimentação**, parece inegável a contribuição que pode ser trazida pela análise propiciada pela **teoria dos dois circuitos da economia urbana** proposto por Santos (1979) e reinterpretada à luz da contemporaneidade, por exemplo em Cataia e Silva (2013). Além disso, outros estudos ainda poderão dar melhor suporte a eventuais lacunas existentes na fundamentação teórica até aqui arrolada.

3.3 Metas

Produzir mapas com informações georreferenciadas das paisagens de comércio popular de alimentos.

Deverá ser usado equipamento e *software* específico para a geração de mapas dos levantamentos realizados. A expressão cartográfica em Geografia é excelente para espacializar dados socioespaciais. Mapas temáticos mostrando a localização de estabelecimentos comerciais, suas tipologias, produtos comercializados, preços e outras informações ajudarão a apresentar a realidade em uma escala observável para o estudioso do tema. Isso permite análises a respeito da produção do espaço, sua organização e planejamento.

Produzir um banco de imagens acerca das paisagens de comércio popular e suas características.

Todos os levantamentos feitos em campo deverão ser fotografados de modo que se possa constituir um repositório de fotografias que contenha todas as etapas do projeto. A fotografia se constitui em um elemento importante na análise da paisagem, haja vista que consegue captar a materialidade das formas em um dado momento. Permite, assim, uma análise comparativa das transformações e o acompanhamento dessas mudanças. A produção de um álbum fotográfico digital, em um banco de dados de imagens, também se constituirá em importante elemento para a análise da realidade estudada.

Produzir um banco de dados com entrevistas referidas às práticas alimentares dos entrevistados.

As entrevistas deverão ser gravadas em arquivos digitais que irão constituir um banco de dados específico para trabalho. A história oral é hoje uma fonte rica e muito utilizada para a compreensão da realidade espacial. Por isso, guardar as narrativas feitas pelos sujeitos entrevistados será importante para a constituição de uma memória do projeto.

Criar um banco de dados com informações que caracterizem o comércio popular de alimentos.

Os levantamentos e as observações deverão coletar dados com informações acerca do comércio alimentar estudado, com dados referentes a sua localização, preço dos produtos, aparência e outros que auxiliem na caracterização do tipo de estabelecimento e seu significado na constituição da paisagem popular da alimentação.

Produzir artigos científicos e material didático com análise do referencial teórico e metodológico utilizado.

A produção acadêmica deverá ser voltada para a análise da teoria e do método empregados na pesquisa, sendo uma das metas a produção de artigos acadêmicos, capítulos de livros e/ou livros, bem como relatos para apresentações em eventos científicos. Essa meta será perseguida pela realização de grupos de estudos destinados a analisar e produzir artigos sobre as categorias de análise trabalhadas, bem como acerca da bibliografia pesquisada. Aqui se pretende estudar os conceitos de ideologia, alienação e fetiche a partir da obra de Marx (2008, 2013) e Marx e Engels (2001). Também revisitar a análise da fome proposta por Josué de Castro (2008) e o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen (2010), entre outras obras e autores. Também a obra de Lefebvre (1975, 1991, 2001, 2013) precisa ser retomada para uma melhor compreensão do tema na perspectiva da produção do espaço social e da análise dialética.

4 METODOLOGIA

Do ponto de vista da análise será adotada a perspectiva dialética, com base no método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre (1971; 1981), explicado também por Martins (1996) e utilizado em Vieira (2003, 2019). O método proposto inclui vários momentos, a saber: i) *Descritivo*. Próprio da observação, não uma observação pura e simples, mas sim uma observação informada pela experiência e por uma teoria geral explicativa da realidade conhecida. Neste momento destaca-se a análise da paisagem com a utilização de variadas técnicas de pesquisa (entrevistas, questionários, estatísticas). ii) *Analítico-regressivo*. Análise da realidade escrita. Identificação das datações próprias de cada relação social, explicativas do presente no passado. Aqui, a investigação remete ao estudo de variadas fontes históricas (fotográficas, documentais, etc), que permitem a análise das relações sociais de produção em um dado momento específico. iii) *Histórico-genético*. Estudo das modificações trazidas para a estrutura observada, uma vez datada, pelo desenvolvimento posterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas de conjunto. Realização de uma classificação genética das formações e estruturas, em um quadro de processo de conjunto. Regresso para o atual antes descrito para reencontrar o presente, mas explicado. Trata-se, também, de uma análise das possibilidades apontadas para o futuro: o virtual (LEFEBRE, 1971, p. 71). Dessa maneira, o método analítico regressivo-progressivo permite uma análise da realidade com a utilização de uma lógica dialética, que parte do entendimento da paisagem no presente, busca a sua compreensão a partir das relações de produção que a produziram no passado e, finalmente, aponta para a resolução das contradições existentes e não resolvidas, ou seja para o futuro. Trata-se de uma análise rica e variada da realidade que contempla toda a sua complexidade atual, histórica e em processo.

Na perspectiva do método de investigação, acerca dos procedimentos a serem adotados para a pesquisa, propriamente dita, quanto à natureza trata-se de uma pesquisa básica, cujo interesse é o desenvolvimento do conhecimento científico acerca do tema e do problema proposto. Do ponto de vista da abordagem aqui adotada, a pesquisa é predominantemente qualitativa (STAKE, 2011; CRESWELL, 2014) haja vista que a quantificação dos objetos estudados não constitui a tônica dos levantamentos propostos, mas sim, está voltada para o entendimento de conceitos, modelos contextuais e a análise de dados a partir das interpretações possíveis. No decorrer do desenvolvimento do projeto é possível que o uso de dados aponte para a necessidade de uma análise

também quantitativa, o que apontará a necessidade de reenquadramento como uma proposta de métodos mistos. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa se propõe a ser descritiva, procurando caracterizar e identificar opiniões, atitudes e crenças. (CASARIN & CASARIN, 2012)

Pretende-se realizar a investigação a partir do estudo de caso (YIN, 2010), de maneira a permitir uma investigação complexa e comparativa entre os vários objetos estudados. Pretende-se utilizar técnicas de entrevistas, aplicação de questionários semi-estruturados, observação não participante a partir de protocolos de observação previamente estabelecidos, de forma a permitir a sistematização dos levantamentos e a comparação. Também serão realizados levantamentos em campo para a coleta de fotografias, georreferenciamento de objetos e mapeamentos.

A delimitação dos objetos materiais de estudo será feita a partir das primeiras observações a fim de definir amostras e instrumentos voltados para a investigação em comércios de rua, feiras, mercados e estabelecimentos de venda de alimentos em geral, na área do estudo de caso proposto, tal seja, a cidade de Pelotas, RS.

A definição da cidade de Pelotas, RS, como caso de estudo se deu em razão da lotação do pesquisador na Universidade Federal de Pelotas, onde está sediado o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, LEUR, no âmbito do qual a pesquisa será desenvolvida. Além disso, do ponto de vista científico, a importância da cidade de Pelotas já restou demonstrada em estudos anteriores (VIEIRA, 2005; VIEIRA; LIHTNOV, 2018) no que diz respeito ao envolvimento com o setor terciário, justificando sua escolha na análise dos circuitos de consumo de alimentos e aqui, especificamente no comércio popular de alimentos. Do ponto de vista da produção, a participação em projeto na mesma área, Hortas Urbanas, evidencia o potencial do município também na produção de alimentos por intermédio de agricultura familiar, cooperativas agrícolas e outras formas de produção em circuitos curtos. De qualquer modo o que se pretende é selecionar um número relevante de atividades de produção, comércio e consumo alimentar, a fim de permitir uma adequada análise do tema e do problema proposto. A partir desta premissa, serão selecionadas feiras públicas, agroecológicas, de produtores e similares, para a aplicação dos instrumentos de pesquisa, onde seja possível analisar as questões pertinentes relativas à produção, ao comércio e ao consumo de alimentos.

A pesquisa junto aos circuitos da produção e ao comércio alimentar pretende ser desenvolvida a partir de instrumento de observação não participante, com a finalidade de identificar, descrever, classificar e caracterizar o ciclo dos alimentos pesquisados.

5 RESULTADOS ESPERADOS

A realização da pesquisa permitirá produzir uma série de resultados com a divulgação dos dados coletados, das análises realizadas e informações para novas pesquisas e avaliações.

De maneira concreta, se pretende produzir os seguintes trabalhos.

Desenvolvimento dos Grupos de Pesquisa – O principal resultado esperado é o desenvolvimento da fundamentação teórica e metodológica dos grupos de pesquisa e redes coordenados pelo autor da proposta. A sistematização de uma bibliografia ampla e crítica para análise da alimentação e o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa tem o potencial para multiplicar as pesquisas nesta área tão importante para a sociedade brasileira. Neste sentido, incluir esta temática para discussão acadêmica amplia as condições necessárias para a produção de uma teoria crítica capaz de melhor enfrentar os problemas apresentados.

Página na Internet – A fim de que os resultados sejam efetivos pretende-se disponibilizar o resultado da pesquisa em uma página hospedada no site da Universidade Federal de Pelotas. A partir do site os usuários poderão fazer a consulta das informações dos bancos de dados trabalhados. Também se disponibilizará ferramenta com mapas, permitindo a elaboração de uma série de relações entre as informações levantadas. A página poderá ser editada, mantendo sempre atualizadas as informações acerca do presente.

Além dos dados da pesquisa, propriamente dita, a página conterà informações sobre outros aspectos do setor de comércio popular de alimentos. Divulgará estudos relacionados e permitirá um blog de informações atualizadas para os pesquisadores da área. Será também um instrumento para a divulgação de trabalhos acadêmicos sobre o tema em Pelotas.

Trabalhos Acadêmicos – Por intermédio do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, diversos pesquisadores desde a Iniciação Científica até o Doutorado, trabalham com a temática em variados aspectos. Espera-se que os temas da Geografia do Comércio e do Consumo associados a este projeto, possam gerar trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Integração com o setor público e privado – A análise proposta está relacionada a um grave problema social que é a fome. Portanto, pensar na sua análise como mero objeto de estudo acadêmico é um propósito limitado. Ainda que a atividade seja de pesquisa, não se pode dissociá-la do ensino e da extensão e, desse modo, se entende que a abrangência do projeto pode ser maior, na medida em que a própria pesquisa se envolverá com o setor público (prefeitura, conselhos municipais, câmara de vereadores, assistentes sociais, etc.) e privados (associações, organizações não governamentais, redes de solidariedade, etc.) promovendo a inserção da universidade e da pesquisa acadêmica no estudo de proposições de valor social.

Artigos e Eventos – Também graças a inserção dos pesquisadores nas diversas redes de pesquisa nacional e internacional, pretende-se apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos em todos os eventos temáticos, nomeadamente aqueles nos quais o tema é tradicionalmente abordado, possibilitando a divulgação e debate em torno da questão. Desde logo, os estudos que embasam a presente proposta têm sido apresentados em congressos e eventos similares. Assim, pode-se afirmar que o trabalho gerará artigos científicos para publicação em periódicos importantes, bem como comunicações em eventos científicos.

6 RELEVÂNCIA E IMPACTO DO PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO OU DE INOVAÇÃO

A relevância e impacto do projeto poderá ser avaliada por intermédio de sua inserção na produção científica à qual está atrelado, pela institucionalização do projeto junto à grupos científicos e pesquisas consolidadas, bem como pela análise de sua fundamentação teórica.

6.1 Grupos de Pesquisa CNPq e Rede de Pesquisa

Recentemente foram cadastrados dois Grupos de Pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, considerando a inserção do autor como líder no tema e a substituição de Grupos de Pesquisa desatualizados. **O Grupo de Pesquisa** intitulado **Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo**, busca, a exemplo da própria rede de mesmo nome, sistematizar as pesquisas relativas ao tema proposto, tal seja, o comércio e o consumo. Participam deste grupo diversos pesquisadores de várias instituições de ensino superior, com destacado envolvimento com as linhas de pesquisa propostas.

No mesmo sentido, o **Grupo de Pesquisa** denominado **Geografia, Memória Social e Patrimônio Cultural** concentra suas linhas de pesquisa em estudos que valorizam a paisagem como objeto de análise. Assim, na perspectiva da Geografia, da Memória e do Patrimônio, diversos pesquisadores compartilham trabalhos e os mais diversos produtos acadêmicos.

Saliente-se que esses grupos de pesquisa constituem o embrião da continuidade dos estudos desenvolvidos nesta área, garantido pela presença de estudantes de graduação, mestrado e doutorado a formação de uma árvore genealógica acadêmica importante.

Ainda cabe destacar como importante para o desenvolvimento científico a inserção do projeto pela participação do autor como membro e coordenador geral da **Rede Brasileira de Estudos sobre Comércio e Consumo**, consolidada com a participação de pesquisadores de várias universidades e instituições de ensino superior no Brasil. A referida rede tem aumentado sua produção, estando associada à realização de vários eventos regionais e encontros regionais acerca da área da Geografia do Comércio e do Consumo. A rede constituiu um excelente vetor de difusão das ideias da proposta e integração do projeto com outro congêneres.

Reforça-se aqui a inserção do presente projeto também dentro das linhas de pesquisa do **Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural**, onde integra o projeto de internacionalização da Universidade Federal de Pelotas junto à CAPES, constituindo, assim, importante vetor de pesquisa com ampla possibilidade de inserção nacional e internacional.

Do mesmo modo, a íntima relação do projeto apresentado com a atividade de extensão “Hortas Urbanas”, demonstra a inserção e a importância social da pesquisa, que aponta para sua aplicação no desenvolvimento de ferramentas de análise da realidade capazes de melhorar as condições de vida dos grupos sociais envolvidos.

O trabalho está inserido entre as linhas de atuação do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), da Universidade Federal de Pelotas e, nesse sentido, possibilitará a inserção de outros pesquisadores nas temáticas integrantes do projeto, desde a iniciação científica até o doutorado. Diversos outros projetos são desenvolvidos no LEUR tratando de temáticas semelhantes, como o projeto Atlas de Pelotas e o projeto Hortas Urbanas, de forma que a sinergia desses projetos aponta para a relevância do projeto em termos de pesquisa sobre a temática.

Do ponto de vista intelectual, o estudo aponta para a análise de teorias e métodos de pesquisas de vanguarda na Geografia brasileira. Assim, a fundamentação teórica que sustenta a produção promoverá o estudo empírico de diversas realidades, contribuindo para o desenvolvimento científico e intelectual da Geografia. Novos conceitos e metodologias têm sido sempre colocados sob o enfoque das pesquisas a fim de promover o desenvolvimento intelectual, como exemplificam os trabalhos com base nas permanências e rupturas, na análise do espaço social e, recentemente da paisagem associada aos alimentos, como no presente projeto.

Resultados da pesquisa tornarão possível desenvolver metodologias de estudo da realidade urbana e regional, sobretudo na área do comércio e do consumo, capazes de dar sustentação para projetos inovadores do ponto de vista social e tecnológico.

Na sequência, se apresentam os fundamentos teóricos que justificam a relevância do tema e do problema propostos para análise.

6.2 Por uma semiótica da paisagem

Para que se possa compreender a organização espacial, o que vale dizer, a totalidade social espacializada, ou o que chamamos simplesmente de espaço geográfico, é possível levar em conta, em uma perspectiva dialética, a relação existente entre forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1985; CORRÊA, 1987). A *forma* diz respeito aos aspectos visíveis do espaço, aquilo que lhe é exterior, material, objetivo. Mas, não se deve fazer uma análise da forma pela forma em si, isso nos levaria a um deslocamento do estudo para o campo da geometria, da linguagem da forma, da forma pela forma. Portanto, a forma não pode ser analisada isoladamente. Uma casa, um bairro ou uma cidade são formas em diferentes escalas. Já a *função*, implica em uma atividade ou tarefa, ou mesmo o papel a ser desempenhado pela forma, pelo objeto em si. Assim, habitar, viver o cotidiano, comprar e consumir são funções associadas às formas casa, bairro e cidade, por exemplo. Forma e função não podem ser dissociadas na organização espacial e também não são suficientes para explicar o espaço, sob pena de cairmos em uma análise funcionalista da realidade. Há que se considerar a *estrutura*, entendida como o modo pelo qual os objetos estão organizados, como se inter-relacionam entre si. Não constitui algo que possua uma exterioridade imediata. Corresponde, por exemplo, à natureza social e econômica da sociedade em um dado momento. Por fim, o *processo* trata de uma ação visando a um resultado qualquer, de modo contínuo, e implica em tempo e mudança. É a própria estrutura em movimento e transformação. Justamente, a partir da compreensão da relação dialética entre forma, função, estrutura e processo que se pretende analisar a totalidade social e sua espacialização (CORRÊA, 1987).

Aprofundando a perspectiva dialética, Santos (1996, p.51), aponta que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Assim, ao considerar a análise da realidade a partir da paisagem, deve-se entendê-la enquanto forma, constituída por objetos e, nessa perspectiva dialética que se está assumindo aqui, considerada enquanto sistema. Isso vale dizer que não se trata de uma análise isolada da paisagem, mas sim, como um par necessário, junto com os sistemas de ações, para a compreensão do espaço. De qualquer modo, uma ressalva epistemológica é necessária, para que se faça a distinção entre espaço e paisagem. Dado a definição de espaço, entende-se, também com Santos (1996, p. 83), que a paisagem é “o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Assim, desloca-se do

espaço um dos seus elementos constitutivos, apenas como possibilidade analítica, pois, enquanto realidade dialética, não participa do processo de maneira isolada, sem a sociedade, sem a humanidade que anima as formas e lhes dá conteúdo. Entende-se a paisagem enquanto a materialidade objetiva, concreta e material, forma-conteúdo dos modos de produção que lhes deram origem e, mais especificamente, aos momentos específicos desses modos de produção. Quando a ação da sociedade se dá sobre o espaço, na verdade se dá sobre formas enquanto realidade social, ou seja, sobre formas-conteúdo, compostas por objetos já valorizados socialmente, sobre os quais se pode estabelecer novos valores (SANTOS, 1996).

A paisagem adquire assim a característica de objetivação das relações sociais de produção, vale dizer que contém em si a materialidade da existência social de um determinado momento. Entende-se que tal materialidade pode ser perfeitamente datada por intermédio da análise das técnicas, visto serem, tais técnicas “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 25). Aqui o trabalho do geógrafo e do arqueólogo se aproximam, pois, ambos consideram o objeto como um dado importante para o entendimento da realidade. Enquanto para os arqueólogos o objeto permite identificar uma cultura e uma época, para os geógrafos é importante observar como as ações do presente incidem sobre os objetos vindos do passado (SANTOS, 1996, p. 60).

A materialidade artificial é possível de ser datada, assim como se faz com a materialidade natural a partir da observação dos processos naturais que atuam na formação de uma determinada configuração geomorfológica, por exemplo. Assim, as técnicas de produção, comércio ou consumo, enquanto fenômenos históricos, podem identificar as relações sociais de produção de um dado momento. Mais do que isso, se pode dizer que as próprias representações que a sociedade estabelece acerca do seu espaço também estão presentes nas formas materiais produzidas. “Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço”, no entendimento de Moraes (1988, p. 16). As formas criadas, por intermédio das técnicas utilizadas, estão cheias de “concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias” (MORAES, 1988, p. 16). É necessário compreender as motivações que impulsionam os sujeitos na produção do espaço, e das suas formas, para que se possa fazer uma leitura desses elementos inscritos nas formas produzidas. Se existe uma teleologia na produção do espaço, as intenções devem ficar marcadas nas suas formas. Considerações sobre

a paisagem cultural deverão ser levadas em conta na investigação proposta, assim como aquelas apontadas por Claval (1996), Certeau (1996) e Peixoto (2003), por exemplo. Também estudos que contemplem a possibilidade de relacionamento da paisagem com a memória, assim como aparece em Candau (2011) e Ricoeur (2007).

É neste momento que se propõe a semiótica, entendida como uma ciência dos signos e dos processos significativos na natureza e na cultura, como uma possibilidade de análise da realidade para entendimento dos processos sociais que a conformaram, lhe deram forma e da qual é composta. Entende-se a possibilidade de uma leitura reversa do processo, tal seja, a decodificação dos discursos e das representações presentes na paisagem, entendidos enquanto signos e linguagem (PIERCE, 1997; SANTAELLA, 2002).

6.3 Foodscapes: as paisagens dos alimentos

A partir dessas considerações, chega-se à ideia de *foodscapes*, termo cunhado recentemente que é uma metáfora para paisagens de comidas e seus métodos de produção e as associações culturais respectivas (BELASCO & SCRANTON, 2002; ADEMA, 2010; JOHNSTON & BAUMANN, 2014). Tanto pode significar a distribuição geográfica de produtos alimentares (áreas de plantações de soja, milho ou trigo, por exemplo), como a distribuição étnica dos alimentos (comida mexicana, comida chinesa, etc.), na acepção original trazida pela geografia. Entretanto, estudos contemporâneos na própria geografia e, também em outras áreas, têm se aproveitado desse conceito para ampliar seu uso também para um significado antropológico e sociológico. Assim, cabem no conceito estudos urbanos e de saúde pública, que se referem a ambientes alimentares, também como os arranjos institucionais e espaços culturais relacionados com a comida. Esta é a nossa intenção, a de utilizar o conceito de forma ampla, a fim de considerar sua pertinência no entendimento dos discursos que emanam da paisagem sobre os alimentos, os significados que tentam imprimir e as estratégias utilizadas pela sociedade para se alimentar, gerando uma dicotomia entre comércio e consumo alimentar de boa e de má qualidade. A esse respeito, Winson (2013), por exemplo, argumenta como a lógica econômica dominante de empurrar o produto para o lucro resultou na degradação sistemática dos alimentos e levou à saturação de nossos ambientes alimentares com produtos comestíveis e pobres em nutrientes.

A produção de territórios turísticos (BERTONCELLO, 2002), assim como a associação de alimentos a territórios específicos para uso do turismo baseado na oferta alimentar são estudos que

avançam na consideração das paisagens alimentares associadas à identidade e à memória (ARZENO & TRONCOSO, 2012; THOME-ORTIZ; DE JESUS CONTRERAS; ESPINOZA; VIZCARRA BORDI; 2017). Também estudos apontam para as desigualdades sociais presentes no consumo alimentar, evidenciando uma situação política de injustiças entre pessoas de diferentes gêneros, raças, condição social e econômica e locais de moradia (JOHNSTON & BAUMANN, 2014; MIEWALD & MCCANN 2013; GOODMAN, 2016). No mesmo sentido, outro projeto desenvolvido na França, também aponta para questionamentos importantes nesta área: Qual é o papel da comida? Quais são as práticas espaciais de abastecimento de alimentos dos residentes? Como as políticas de planejamento urbano moldam a paisagem dos alimentos? (PERRIN, 2019). Por outro lado, as possibilidades das boas práticas também aparecem em muitos estudos, que demonstram, por exemplo, como a existência de hortas urbanas pode de fato promover estilos de vida sustentáveis (Martin et al., 2016; Sheromm, 2015, *apud* DARMON, 2019). Com isso, novos questionamentos são postos para a investigação: Quais recursos da paisagem alimentar são importantes para os residentes? Como os residentes sentem que uma mudança na paisagem alimentar afetará sua dieta? (CHEYN, 2019).

A própria potência do conceito ainda precisa ser melhor analisada do ponto de vista epistemológico na geografia. Desde logo, aponta para a possibilidade de comportar estudos cuja problematização aborde a produção, o comércio e o consumo de alimentos de modo geral, mas, principalmente, a possibilidade de leitura desta paisagem como reveladora de seu conteúdo social, econômico e político. Desse modo, se pretende investigar os discursos que emanam da paisagem e que falam de alimentos, suas qualidades alimentares, nutricionais e valores culturais. As representações que nos mostram signos de status e de pobreza. E, as estratégias das grandes corporações para venderem seus produtos, ora baseadas na grande produção do agronegócio, ora associadas às práticas agroecológicas sustentáveis e benéficas ao meio ambiente. Mas também as estratégias das populações pobres para obtenção de comida. Esse panorama aponta para um estudo urbano onde a distribuição geográfica dos alimentos e das ofertas baseadas em comida são as mais díspares possíveis: áreas *gourmets*, desertos alimentares, autoprodução, hortas urbanas e outras linguagens que comunicam as mais variadas intenções da sociedade na produção de alimentos e seus territórios. No dizer de Mackendrick (2014) “Comer é político. Identificar e analisar as paisagens alimentares ilumina as conexões entre comida e desigualdade social”. Supõe-se que muitos discursos não tenham correlação com práticas efetivas e que os alimentos saudáveis e os

territórios sustentáveis, em muitos casos, sejam apenas um espetáculo para o comércio e o consumo se efetivarem.

6.4 Segurança Alimentar e Nutricional

A análise da produção de alimentos saudáveis em territórios sustentáveis, na perspectiva da Geografia, implica necessariamente em uma postura teórico-metodológico que lhe dê respaldo. Não se pretende ser dogmático apontando uma perspectiva única e absoluta, aqui o que se busca é a construção de uma proposta que esteja alinhada com um posicionamento crítico em termos da história do pensamento geográfico, tomando por base os pressupostos da análise dialética proposta por Lefebvre (LEFEBVRE, 1975; MARTINS, 1996). Tal fundamentação se mostra extremamente importante do ponto de vista da epistemologia da Geografia, no sentido de que se trata de uma contribuição que poderia ser efetivada em qualquer das nuances paradigmáticas nas quais se tem assentado a ciência geográfica. Nesse sentido, cumpre demarcar a posição assumida, apontando as bases conceituais e analíticas de tal proposição, com vistas a dar sustentação e continuidade à análise proposta.

A análise aqui realizada representa, portanto, o esforço teórico e metodológico que procura fazer da Geografia, uma ciência comprometida com a transformação social e que esteja fundamentada em pressupostos que demonstrem a pertinência dos métodos adotados como eficientes e capazes de enxergarem a realidade para além de suas aparências, única forma possível de se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Como é próprio da dialética, não se pretende ignorar as contradições existentes na sociedade, nem tampouco excluí-las da análise como se não existissem. Isso conduziria a construção de um saber unilateral e, talvez, pior, ideológico. Não é esta a postura do trabalho. Entende-se que “a contradição é constitutiva do real. Das contradições, internas e inerentes ao ser social e histórico, provém do movimento que caracteriza o mundo como devir e não como coisa estática” (BASTOS *et al.*, 2017, p. 253). Apesar dos riscos existentes quando se segue determinados postulados de se adotar uma linguagem própria e restritiva (lefebvrina, no caso) e de transformar o método em um modelo, se procurou evitar qualquer um deles e, certamente, não se adotou tal aproximação como um objetivo.

Via de regra, os estudos geográficos referidos à análise da agricultura, de modo geral, são associados à distribuição espacial dos sistemas agrícolas, da morfologia e da estrutura fundiária do campo, das práticas agrícolas e de outras manifestações estritamente espaciais, referidas à

localização, distribuição e tipologias. Na verdade, às vezes, pensa-se que cabe à Geografia estudar apenas o resultado dessas ações e práticas, depois que elas se manifestam no espaço. Felizmente essa é uma visão superada da ciência geográfica, posto que a Geografia cada vez mais incorpora nas suas análises justamente os processos constitutivos do espaço que, na grande maioria das vezes, se encontram nas relações sociais. São processos sociais que implicam nas transformações espaciais no campo e na cidade. Ainda assim, trata-se de um campo disciplinar no qual a Geografia pode dar maior contribuição e no qual se observa ainda um limitado número de Grupos de Pesquisas, como demonstra o estudo de Prado *et al.* (2010).

Esta pesquisa se propõe justamente a trazer uma contribuição para o estudo da alimentação em sentido amplo, da produção alimentar entendida enquanto processo para o qual o espaço é tão importante quanto a sociedade que com ele interage, espaço e sociedade são uma realidade socioespacial. Hoje, mais do que em qualquer outra época, já se sabe que o espaço é social não apenas porque a sociedade o habita, mas porque o produz e é produzida por ele.

É nessa perspectiva que se analisa o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional, mostrando a experiência brasileira sobre o tema. Aponta-se para práticas tendentes à transformação da realidade por meio de ações alternativas de produção, transporte e comercialização de alimentos, na tentativa de proporcionar uma alimentação saudável em territórios sustentáveis. Na maneira como se organiza a sociedade contemporânea, a garantia desses direitos passa a ser uma conquista que precisa ser buscada pela sociedade.

6.4.1 Espaço social e alimentação saudável

A tradição na Geografia, durante um longo período de tempo, sempre apresentou uma concepção do espaço objetiva, empírica, quase experimental, fruto da sua herança original, nos tempos modernos, ligada a uma análise hipotético-dedutiva da realidade, berço da ciência positivista. Nessa perspectiva, o estudo do espaço se desenvolveu a partir da observação, passando para a descrição e a classificação, basicamente, dos elementos visíveis no espaço. Havia um predomínio pelo estudo da paisagem não como um elemento capaz de elucidar as relações efetivas que a produziram ou de explicar seu conteúdo histórico, tempo acumulado, mas como a apreciação da distribuição dos diferentes conjuntos de objetos que a constituíam. Resultado direto das práticas dependentes da cultura científica que valorizava a experimentação e o limite do visível.

Historicamente, esta postura da ciência moderna foi a revolução científica que resultou do abandono das ideias místicas, metafísicas e religiosas que as antecederam e que não se baseavam na experiência sensível. Foi principalmente com Newton que se pode dizer, de forma simplificadora, que a ciência moderna passou a se preocupar com conceitos que são empiricamente justificáveis (GHINS, 1986). Dessa postura baseada na experiência, decorre a ideia de um espaço absoluto, imutável, geométrico e vazio, que só posteriormente viria a ser ocupado por objetos e pessoas. Poder-se-ia recorrer à tradição kantiana para falar desse espaço como um dado da existência, *a priori*. O espaço absoluto é fixo, corresponde ao espaço tridimensional onde são registradas a localização e o posicionamento dos objetos, como uma cidade ou uma casa no campo.

Foi com Einstein que os postulados absolutos passaram a ser contestados, principalmente a partir da Teoria da Relatividade, da qual decorre a noção de espaço-tempo. A partir deste novo paradigma científico também o entendimento do espaço na Geografia foi alterado, haja vista a constatação de que o espaço e o tempo não podem ser analisados em separado, como se fossem realidades totalmente independentes uma da outra. Deste entendimento do mundo físico resultaram as concepções do espaço relativo e do espaço relacional.

Do ponto de vista do espaço relativo há que se levar em conta a diversidade de localizações possíveis e, portanto, as localizações não são únicas nem absolutas, mas sim relativas, e, dependentes da natureza do objeto que está sendo analisado bem como dos interesses de quem analisa. Por isso existe uma multiplicidade nas possibilidades de localização, o que nos faculta a elaborar análises relativas ao custo, ao tempo de deslocamento e a outras variáveis. Por outro lado, o espaço relacional, incorpora na sua análise a ideia de relações internas para a compreensão de um determinado evento, levando em consideração as relações estabelecidas com o entorno. Aqui também a noção de espaço e tempo são inseparáveis.

As mudanças tecnológicas nos apresentaram uma nova versão do espaço absoluto mediada por instrumentos de simulação da realidade, que valorizam o uso da matemática e dos modelos para prever o futuro. Trata-se de um neopositivismo, tão abstrato e irreal quanto o anterior, só que agora contando com a mediação tecnológica e pragmática. A crítica a esses postulados da Geografia Tradicional, positivista e neopositivista, nos conduziu à aceitação dos espaços relativo e relacional e, cada vez mais, da participação da sociedade no entendimento do espaço e também de análises que consideram a subjetividade, em uma perspectiva fenomenológica.

Com a teoria do espaço como sendo social é que se abriram novas possibilidades e posturas dentro da análise do espaço (LEFEBVRE, 2013). Agora, se passa a considerar o espaço tanto do ponto de vista de uma condição para a sua produção como do resultado desse processo. Portanto, espaço e sociedade se relacionam mutuamente, importando permanentemente na produção do espaço.

6.4.2 A Produção do Espaço Social

Quando passamos a analisar o espaço na perspectiva de que ele é, ao mesmo tempo, uma condição e um resultado do trabalho social conseguimos incluir a sociedade na análise do espaço e podemos compreender como a sociedade transforma e é transformada por esse espaço. Daí a importância dessa consideração, pois analisado nessa perspectiva conseguimos entender de que maneira a produção de alimentos pode ser entendida neste processo. Sob essa lógica, se buscará compreender o processo de produção e comercialização de alimentos, diretamente ligado ao movimento geral de circulação do capital, integrado ao processo geral de produção do espaço geográfico. Trata-se de uma perspectiva que permite “a compreensão do mundo e do modo de reprodução da vida ao qual estamos submetidos e que desperte e ilumine o entendimento desses espaços, para melhor entendermos o modo de reprodução da vida urbana” (SILVA, 2014, p. 150). Os alimentos participam de maneira importante na reprodução da vida e a sua produção, distribuição e comercialização fazem parte do processo geral de reprodução do capital. Entender a lógica desse processo é fundamental para diferenciar a produção de alimentos e de mercadorias.

A análise do espaço pautada na teoria do espaço feito social (LEFEBVRE, 2013), nos incita a entender o espaço para além da limitação imposta pela organização dada pelas normas. Mais do que o espaço resultante das representações que o poder hegemônico traça, além ainda das práticas espaciais, é preciso dar lugar para a transgressão, ou antes disso, de uma relação dialética entre esses espaços e o espaço de representação da sociedade, aquele onde reside o sonho, a esperança e onde se anima a vida que nutre os que se apropriam do espaço.

Nesse sentido é possível entender a percepção do espaço, resultante das práticas espaciais, como sendo o espaço próprio da experiência material, “que vincula realidade cotidiana (uso do tempo) e realidade urbana (redes e fluxos de pessoas, mercadorias ou dinheiro que se assentam - e transitam – no espaço, englobando tanto a produção como a reprodução social” (LOREA, 2013, p. 15). O espaço concebido, aliado às representações do espaço, é aquele próprio dos planejadores,

dos cientistas que normatizam sobre o espaço. É o espaço dos signos, dos códigos de ordenação que fragmenta e restringe o uso. Por sua vez, o espaço vivido, espaço de representação, é o espaço da imaginação e do simbólico, do sonho e da criatividade na vida cotidiana. É o espaço onde vivem os habitantes, usuários do espaço e onde se pode experimentar a busca por novas possibilidades na produção do espaço (LEFEBVRE, 2013).

Quando se pensa em analisar criticamente a produção de alimentos saudáveis em territórios sustentáveis, a partir de uma perspectiva da Geografia, a fundamentação da produção do espaço aqui apresentada permite enxergar a realidade não apenas pela perspectiva do espaço abstrato, resultado do processo de produção do espaço realizado pelo poder hegemônico, que traça os planos, cria as normas e estabelece os limites. Mas, permite estudar a realidade também na perspectiva daqueles que estão submetidos a esse processo e, entretanto, buscam caminhos alternativos, soluções para a imposição restritiva de ideias, daqueles que pensem no processo geral de produção de alimentos não apenas como uma mercadoria no circuito de lucro do capital, mas como um bem capaz de distribuir a riqueza da terra. Só assim será possível entender os processos diferenciados de produção e comercialização de alimentos que, nessa perspectiva, aparecem como uma transgressão à lógica de produção de um espaço normatizado, concebido e abstrato, pois não entende a lógica da liberdade, da alternativa e da insubordinação do espaço diferencial. Na verdade, não se constituem definitivamente como apropriação, mas como um desvio nesta direção.

6.4.3 Os Circuitos da Produção Alimentar

Antes de falar sobre a alimentação propriamente dita, é necessário refletir acerca do modo como os alimentos são produzidos, devido às diferentes implicações decorrentes da adoção de determinadas práticas produtivas. É preciso levar em conta que as formas de produção, processamento, distribuição/comercialização e tratamento dos resíduos produzem efeitos que repercutem na justiça social e na integridade do ambiente. Tanto essas formas podem contribuir para a produção de justiça social e proteção do ambiente como podem gerar desigualdades sociais e provocar ameaça aos recursos naturais e à biodiversidade (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

Abstraindo as etapas que antecedem ao plantio, que envolvem questões de preparo do solo, aquisição de insumos e das próprias sementes, de modo geral, podemos dizer que os alimentos iniciam seu ciclo com a produção. É o momento em que a semente é levada ao solo, depois é

cultivada com práticas que envolvem cuidados com a terra, controle de pragas, manutenção das plantas e muitos outros, até que se chegue à colheita. A partir daí inicia-se o ciclo do processamento, que envolve o preparo do alimento para ser levado ao consumo. Essa etapa pode envolver diferentes processos que vão desde o simples acondicionamento dos alimentos para consumo *in natura*, como outros que transformam o alimento em diferentes níveis. Na sequência os alimentos seguem para a distribuição ou abastecimento, quando então são levados à oferta para serem adquiridos pelos consumidores. Esses consumidores serão os responsáveis pela etapa de consumo, a partir de múltiplas formas de utilização do alimento. Finalmente, se chega à etapa da disposição dos resíduos, que implica na correta destinação das sobras e partes não utilizadas no consumo. Portanto, trata-se de um processo longo e, dependendo do alimento, também demorado desde o início até sua finalização, que em muitos casos representa também o reinício do processo.

Os circuitos alimentares ou agroalimentares serão tão mais curtos quanto menos agentes participarem dos diferentes processos. Quando há pouca participação de intermediários ou quando os alimentos são minimamente processados os circuitos tendem a ser curtos, uma vez que grande parte dos processos são realizados por poucos sujeitos. É o que se verifica, por exemplo, nas feiras de produtores, onde os alimentos ainda *in natura* ou minimamente processados são vendidos diretamente aos consumidores finais. Por outro lado, quando os alimentos são ultraprocessados e distribuídos por redes de intermediários, a tendência é de que os circuitos sejam longos.

Os circuitos alimentares curtos reduzem as distâncias entre quem produz e quem consome, assim se fortalece a agricultura familiar, o comércio local e se valoriza a cultura alimentar regional. São circuitos que preservam melhor o meio ambiente e promovem saúde, haja vista que os alimentos tendem a ser agroecológicos. Cabe lembrar que grande parte dos alimentos que consumimos para satisfazer nossas necessidades diárias provém da agricultura familiar. Assim é grande parte da produção de arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças, entre outros. Via de regra, a produção oriunda de estabelecimentos familiares é pequena e depende de transporte para sua distribuição. A presença do transportador nesse processo encarece o preço final do produto, ainda mais quando os produtos necessitam de mais de uma cadeia de transportes, pois os custos vão sendo agregados ao produto sem que isso signifique qualquer vantagem adicional para o produtor. Por isso, é interessante notar que quanto mais curtos forem os circuitos melhores serão os resultados positivos na economia local, haja vista que a produção e consumo de alimentos estando próxima, fortalecem esse desenvolvimento.

O impacto social do sistema alimentar pode ser avaliado por uma série de indicadores que informam o melhor aproveitamento da economia local e a proteção do ambiente. Assim, podemos ver que entre esses fatores são apontados:

tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar; e partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho. (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE., 2014, p. 19)

Já do ponto de vista do impacto ao meio ambiente as diferentes formas de produção e distribuição de alimentos são avaliadas com relação aos aspectos referentes a uma série de fatores, tais como, técnicas empregadas para a conservação do solo; uso de fertilizantes orgânicos ou sintéticos; conservação de florestas e biodiversidade, entre outros que implicam na adoção de ações que podem produzir maior ou menor repercussão na conservação ambiental.

Infelizmente, o que se tem observado ao redor do mundo, é o fato de que cada vez mais as práticas agroecológicas e de produção e distribuição alimentar baseadas nas pequenas propriedades e na agricultura familiar vêm perdendo força. É cada vez maior a adesão ao agronegócio, diminuindo o caráter autônomo dos agricultores que se tornam dependentes de grandes empresas agrícolas. Isso tem sido desfavorável para a distribuição de riqueza entre pequenos produtores bem como para a sua autonomia. O que surge no lugar desses empreendimentos é um tipo de produção e distribuição de alimentos que depende de grandes investimentos em capital e que, no mesmo sentido que afirma a publicação do Ministério da Saúde (2014, p.10-20) são

sistemas alimentares que operam baseados em monoculturas que fornecem matérias-primas para a produção de alimentos ultraprocessados ou para rações usadas na criação intensiva de animais. esses sistemas dependem de grandes extensões de terra, do uso intenso de mecanização, do alto consumo de água e de combustíveis, do emprego de fertilizantes químicos, sementes.

Portanto, fica evidente que a adoção de sistemas alimentares baseados na agricultura de pequenas propriedades, baseada fundamentalmente na produção familiar, exerce um importante papel na distribuição de justiça social, renda e proteção ao ambiente. A utilização de redes curtas de produção e de distribuição incentiva e movimenta uma rede econômica local que ganha também com a autonomia. Incentivam e ativam a produção no campo, haja vista que constituem cadeias produtivas que produzem riqueza. Ao passo que a produção baseada no agronegócio destrói as pequenas iniciativas, dificultando e até impedindo o surgimento de economias locais tal seja o grau de dependência do grande capital, muitas vezes de origem estranha ao local da produção. E a opção

pela produção alimentar baseada na industrialização põe em cena o processamento de alimentos muitas vezes responsável pela destruição das características nutricionais dos alimentos.

6.4.4 DHAA e SAN como direitos e como Política Pública

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), são uma nomenclatura nova e correta para tratar a questão alimentar. Entretanto, a questão da alimentação, e também da fome, no Brasil, vem sendo debatida com profundidade há bastante tempo. Já em Josué de Castro se encontrava uma análise profunda do dilema brasileiro, entre as políticas de segurança alimentar e aquelas voltadas para a proteção da indústria de base. O autor, com forte aporte da Geografia e seus princípios tradicionais, apresenta os conceitos de áreas alimentares, áreas de fome endêmica, áreas de fome epidêmica, áreas de subnutrição e mosaico alimentar brasileiro, o que resulta no mapa da fome no Brasil. Já trabalhava com a consideração da relação entre a alimentação e diferentes grupos étnicos e fundamentalmente chama a atenção para o problema nutricional, além do alimentar. Talvez tenha sido dos primeiros a correlacionar os problemas sanitários da população, de natureza alimentar, com os problemas socioeconômicos da sociedade brasileira, concluindo ser a fome um problema político. (CASTRO, 1984)¹.

A luta pela garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SA) está diretamente associada ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), uma questão fundamental em uma sociedade que assiste cotidianamente à violação de muitos direitos fundamentais. Tais direitos estão garantidos em diversos documentos e tratados internacionais e na legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal de 1988.

O entendimento acerca do que seja a segurança alimentar e nutricional é um processo e, portanto, se encontra em construção, pois está relacionado com diversos interesses que são mutantes ao longo do tempo, conforme mudam também a organização social e as relações de poder na sociedade. O termo segurança alimentar foi usado em diversos contextos a começar por designar a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação sem ter que se submeter aos interesses de outros países e, nesse sentido, esteve associado à ideia de insuficiente disponibilidade de alimentos. Mais tarde o foco da discussão muda para os produtos alimentares propriamente ditos e

¹ A primeira edição do livro *A Geografia da Fome*, de Josué de Castro é de 1946.

não para as pessoas, passa, então, a ser associado à necessidade de produção de alimentos. Depois se relacionou com a garantia de acesso aos alimentos, para mais tarde incorporar as ideias do aspecto alimentar e nutricional ao conceito, propostas em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994, quando passou a ser entendido como

a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (BURITY et al., 2010, p. 12).

O aspecto alimentar se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento), enquanto o aspecto nutricional diz respeito à escolha, ao preparo e consumo do alimento, estando diretamente ligado à saúde e a utilização do alimento.

Ainda, na evolução do conceito, cabe salientar que outras dimensões vêm sendo agregadas, como por exemplo a que trata da soberania dos países na garantia de SAN. Nessa perspectiva, ainda como salientam Burity et al. (2010, p. 13) “o conceito de soberania alimentar defende que cada nação tem o direito de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, incluindo aí o direito à preservação de práticas de produção e alimentares tradicionais de cada cultura”.

Na verdade, no Brasil e no mundo, os conceitos de segurança alimentar e nutricional cada vez mais se assemelham ao conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Dessa forma, também se poderia chamar, de forma a incorporar os novos princípios trazidos ao conceito, de Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (DHANA), como já vem sendo tratado em muitos estudos, ou Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS), como uma variante. Entretanto, se manteve a nomenclatura ainda tradicional, tal seja, Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), em função de que é a nomenclatura utilizada na legislação pertinente, em que pese se considere relevante a incorporação ao conceito das dimensões da nutrição, da soberania alimentar, de gênero, raça e etnia como inerentes à efetivação do direito.

O contexto no qual se funda esse direito fundamental para a sobrevivência passa pela análise de um mundo no qual a fome atinge milhões de pessoas, número que passa para bilhões quando acrescentamos a deficiência de micronutrientes a essa análise. Em contraposição, é o mesmo mundo onde uma parcela cada vez maior de adultos e crianças passam a enfrentar a obesidade como um problema que afeta não só a saúde dos indivíduos como também o orçamento de verbas

públicas para a saúde como um todo. Daí a necessidade de entender o Direito Humano à Alimentação Adequada como uma estratégia para lidar com esses problemas.

O uso da expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” está diretamente relacionado ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), e pode ser definido da seguinte maneira:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (BURITY, et al., 2010, p. 15)

Seguindo com Burity *et al.* (2010) observamos que se trata do reconhecimento de um padrão de vida adequado que permita assegurar a alimentação adequada e o direito de estar livre da fome, mas vai muito além disso, porque as necessidades humanas não se satisfazem somente com isso, haja vista que a alimentação deve ser entendida como processo de transformação da natureza em gente saudável e cidadã. Aqui são valorizados os aspectos da disponibilidade de alimentos, significando a existência de terras produtivas e recursos naturais suficientes para garantir a produção e ativar a rede de comércio local; a adequação, no sentido de que se respeite a cultura alimentar existente em cada sociedade, evitando a presença de substâncias adversas e respeitando os valores de preparação e consumo dos alimentos; acessibilidade, envolvendo a acessibilidade física e econômica; e, a estabilidade, garantido alimentação adequada de forma suficiente, regular e permanente, a fim de propiciar a subsistência.

Trata-se de um direito que vai muito além da comida propriamente dita, pois envolve aspectos econômicos, sociais e culturais cujos princípios visam garantir inclusive que os alimentos possam estar livres de contaminantes e organismos geneticamente modificados, que haja acesso à informação, garantindo a regulamentação publicitárias, até mesmo, de forma a evitar a promoção do consumo de alimentos não saudáveis. É um processo amplo e ainda difícil de ser alcançado em sua totalidade, de forma que deve ser entendido como um direito em construção, pelo qual a sociedade deve lutar com vistas a seu correto exercício.

O Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional apesar de estarem amplamente reconhecidos em âmbito internacional e nacional necessitam de instrumentos capazes de colocarem em prática os seus princípios e conceitos. As Políticas Públicas devem ser os principais instrumentos do Estado à disposição da sociedade para dar garantia ao cumprimento de normas programáticas reconhecidas socialmente e prevista na própria

Constituição Federal. Trata-se de fazer com que a organização do Estado em leis, decretos, regulamentos, poderes, setores, instituições se realize nas políticas públicas a fim de cumprir o seu papel de realizador dos direitos fundamentais da sociedade. Infelizmente, nem sempre as políticas públicas são entendidas dessa maneira, muitas vezes se estabelece uma confusão entre o que significa uma política pública, efetivamente, e uma política de governo, que visa única e exclusivamente a realização de um programa ou mandato eletivo. É preciso que os direitos sejam conquistados para que as políticas públicas sejam, verdadeiramente, políticas de Estado, ou seja, reconhecidas pela sociedade e protegidas por normas que garantam sua execução.

No Brasil, a preocupação com Segurança Alimentar e Nutricional e com o Direito Humano à Alimentação Adequada pode ser observada na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAM) que integra a Política Nacional de Saúde. Em linhas gerais a PNAM atua nas seguintes linhas: 1. estímulo a ações intersetoriais; 2. garantia da segurança e da qualidade dos alimentos; 3. monitoramento da situação alimentar e nutricional; 4. prevenção e controle de distúrbios e doenças nutricionais; 6. promoção do desenvolvimento de linhas de investigação e 7. desenvolvimento e capacitação de recursos humanos. Também a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), existente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) integrada à PNAM, constitui importante meio de realização do DHAA e SAN, pois garantem a atenção à saúde primária das pessoas, executadas pelas políticas públicas no Programa Saúde Família, no Programa Nacional de Imunizações e no Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno. Outro marco extremamente importante no campo das políticas públicas neste setor foi a criação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que prevê a criação de um sistema público integrando todas as instâncias previstas na lei em um sistema único. A LOSAN cria então o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Do ponto de vista formal, as políticas públicas brasileiras estão assentadas nos numerosos tratados internacionais dos quais o país é signatário e que reconhecem o DHAA. Basicamente, isto está posto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos entre outros, que conferem a obrigação do Brasil de respeitar, proteger e promover os direitos e garantias ali consignados.

No que tange ao direito internacional o DHAA está previsto em uma série de instrumentos normativos que possibilitam a exigência de sua efetivação. O decreto legislativo de 06 de julho de 1992, Decreto Nº591/92 (BRASIL, 1992) ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e

Políticos, de modo que o Brasil se comprometeu com a garantia deste direito juntamente com os demais direitos humanos consagrados no documento.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 representa um avanço na adoção de normas programáticas que buscam efetivar os direitos fundamentais. O DHAA não figurava originalmente de maneira explícita na Constituição Federal de 1988, mas passou a integrar o artigo 6º, a partir de 2010, representando importante conquista dos movimentos sociais e da sociedade.

A legislação ordinária contempla o DHAA com a restituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por intermédio da Lei nº 10.683/2003 (BRASIL, 2003) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado pela Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990). Mas, talvez o instrumento mais significativo seja mesmo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), criada pela Lei nº 11.346/ 2006 (BRASIL, 2006), que prevê a criação do citado Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O grande avanço trazido pela LOSAN está em estabelecer princípios fundamentais para DHAA. De acordo com Burity et al. (2010) o relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para DHAA, Jean Ziegler, defendia que os países criassem uma legislação desta natureza, que fosse capaz de definir “o conteúdo normativo, que estabeleça estratégias e instrumentos de exigibilidade e que consagre as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA (BURITY *et al.*, 2010, p. 47). Essa lei geral, é então, a que serve de base para orientar toda as políticas públicas, decisões e ações relativas à SAN e DHAA.

Mas enfim, estão reguladas as relações capazes de produzirem o espaço abstrato, formal, resultante do planejamento, do ordenamento jurídico, das normas que fragmentam e limitam. Daí resulta uma representação do espaço, construído com base naquilo que se planeja. Entretanto, já dissemos aqui que nem sempre as políticas públicas são instrumentos reais de garantia aos direitos fundamentais, às vezes lhes faltam eficácia, ou efetividade, ou eficiência. As relações sociais envolvidas na produção social do espaço precisam ser atuantes no sentido de exigirem seus direitos, o que passa, invariavelmente por uma luta em defesa do espaço diferencial.

Cabe ressaltar a importância do controle social que deve atuar sobre as políticas públicas a fim de que se tornem executoras dos direitos e garantias da sociedade. A esse respeito Amancio (2010) apresenta importante estudo em que demonstra que os movimentos sociais não estão apáticos. O material mostra resultados de uma pesquisa realizada em São Paulo salientando a atuação das comunidades organizadas e sua mobilização para exigir serviços públicos e su

melhoria. Mesmo não sendo um documento específico sobre DHAA e SAN, constitui um referencial significativo para o controle social e o exercício da cidadania em todas as áreas.

Por outro lado Santarelli e Burity (2019) realizam uma crítica análise acerca do cumprimento de DHANA no Brasil. Apesar de reconhecerem o acerto e a grande eloquência dos relatórios mundiais que discutem o problema da fome chamam a atenção para o fato de que o autoritarismo não é abordado em tais documentos como um fator que agudiza os problemas mencionados.

No caso do Brasil, como é mostrado neste Informe, esse é um elemento central nas crises ambiental, de fome e de má nutrição. Não se trata de uma realidade exclusiva. No contexto global, assistimos a uma onda de regressão dos direitos humanos e crescimento do poder corporativo, bem como do autoritarismo governamental, em diversos países. Fenômenos que representam grave ameaça e lesões concretas ao direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana) (SANTARELLI e BURITY, 2019, p. 13).

Trata-se de um verdadeiro esforço em registrar e denunciar as diferentes ações e omissões que negam à sociedade de modo geral a possibilidade de produzir alimentos saudáveis e sustentáveis, contribuindo de forma a aumentar a ameaça da fome e a luta pela vida e pela democracia.

6.5 Espaço diferencial e territórios sustentáveis

Um dos fenômenos que mais tem despertado a atenção nos últimos anos com referência aos circuitos produtivos diz respeito às formas alternativas que vem sendo experimentadas para fugir da lógica hegemônica do grande capital, principalmente representado pelo agronegócio. A busca por uma alimentação sadia e por territórios sustentáveis tem incentivado a formação de grupos de pequenos produtores que se transformam também em transportadores e comerciantes dos alimentos que produzem. Embora isso possa ter um impacto relativamente pequeno na distribuição de alimentos, do ponto de vista do abastecimento alimentar de modo geral, vem se constituindo cada vez mais em um exemplo de como é possível produzir, distribuir e consumir alimentos sem que eles sejam processados pelas indústrias que lhes acrescentam cargas de conservantes e outros químicos para garantir a aparência e a durabilidade, em custo da perda nutritiva dos alimentos. O espaço do agronegócio é sobejamente conhecido, representado pela monocultura, grande propriedade, uso intensivo da terra, de adubos e defensivos agrícolas. Mas, na outra extremidade começa a aparecer uma tipologia de paisagem marcada pela produção do espaço que nasce justamente da contradição e da insubordinação a essa lógica que expropria a terra daqueles que

vivem dela, interferem no equilíbrio ambiental e oferecem uma produção nem sempre confiável em termos de qualidade alimentar e nutricional.

6.5.1 A sociedade insurgente na garantia da alimentação

Chega-se, por fim, a análise das manifestações sociais que conduzem a produção do espaço diferencial, os movimentos de grupos delimitados de pessoas, identificados por gênero, cor, etnia e outros elementos que lhes conferem singularidade, e os pobres de modo geral, mas também aqueles que lutam por melhores condições de vida, incluindo produção e consumo alimentar, mesmo sem fazer parte de um grupo específico. Essas pessoas representam o sentido da transgressão, da liberdade, do inconformismo em relação ao *status quo* e demandam mudanças. Não identificamos, necessariamente, uma tipologia a ser investigada como objeto de estudo, que facilmente poderia ser encontrada na agricultura familiar, na agroecologia, no consumo responsável ou nas hortas urbanas. Haja vista que qualquer um desses, e de muitos outros, são exemplos desse inconformismo limitante, pois buscam a superação, através de estratégias que fogem à lógica do capital e sua dominação na sociedade.

O que se aponta, a bem da verdade, é a necessidade de dar sequência a estudos que analisem essas formas espaciais sob a lógica do tensionamento entre o espaço formal e o espaço diferencial, que muitas vezes não caracterizam propriamente uma apropriação, ou uma produção baseada na transformação da forma, que possibilitaria verdadeiramente uma mudança radical. No enfrentamento diário dos problemas, nos seus deslocamentos de casa para o estudo ou para o trabalho, no trabalho cotidiano no campo e na cidade, as pessoas se relacionam com o espaço, um espaço que foi desenhado pelos que concebem o espaço, que possui regras criadas pelos que dirigem a sociedade e, conseqüentemente, dirigem o espaço. Mas, nesse enfrentamento diário as pessoas querem exercer a sua liberdade, expressar a sua vontade e, independentemente da maneira como o espaço tenha sido concebido, as pessoas vivem o espaço. É o espaço da liberdade, da criatividade, da apropriação para a vida cotidiana, da sobrevivência e da produção social. O espaço diferencial nasce do espaço abstrato, mas indica a sua superação.

O espaço diferencial significa também o fim da propriedade privada do espaço e da sua dominação política pelo Estado. (...) Esse espaço surge de um contraprojeto e visa a restituir os diferentes usos possíveis do espaço, isto é, a possibilitar a apropriação espacial contra a homogeneização patogênica de um espaço racionalizado, coercitivo, hierárquico, comandado pela lógica capitalista e estatal. Momento em que o corpo inteiro – restituído à condição de totalidade – assume o protagonismo das invenções. (BASTOS *et al.*, 2017, p. 254)

Observem que aqui está a apropriação do espaço pela cidadania que quer viver de forma plena seu espaço, que quer usar a cidade e o campo públicos e não a cidade e o campo privatizados pelo capitalismo e garantidos pelo Estado. É preciso entender as metamorfoses do capital para entender as formas disfarçadas pelas quais ele se mostra (VIEIRA, 2020).

Para Lefebvre (2013), a real apropriação do espaço envolve uma invenção morfológica, isto é, uma nova forma intimamente ligada às novas funções e às estruturas do prazer e da alegria. O espaço será realmente apropriado quando realizar outras formas e estruturas arquitetônicas, urbanísticas e territoriais. As novas ideias e representações, bem como os valores e interesses novos, precisam vir inscritos com um processo criativo total, da criação de um espaço inteiro. O espaço diferencial requer a organização, a disposição dos elementos essenciais que compõem um corpo de outra maneira, tanto quanto necessita de outras estéticas.

As buscas pela apropriação do espaço tendem a ocorrer em variações que combinam elementos ligados a dois formatos de ação política espacial: ou por meio de métodos autonomistas, em fuga de espacialidades sociopolíticas abstratas e hegemônicas; ou por meio do confronto em busca de alterações nas instituições estabelecidas.

6.5.2 Em busca da apropriação do espaço

A produção do espaço é social depende, portanto, das pessoas em suas diversas configurações de grupos societários. Não é uma produção abstrata, posto que as pessoas que compõem a sociedade são, de fato, concretas, vivem em um mundo real e têm uma existência real. São pessoas que vivem um cotidiano de trabalho, produzindo e sendo produzidas pelas relações que estabelecem entre si e com os meios que dispõem. Afinal, como já ensinavam Marx e Engels (1998, p. 10)

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois, verificáveis por via puramente empírica.

Portanto, resta abordar justamente os processos nos quais diversos indivíduos estão envolvidos buscando maneiras de produção que respeitem as condições ambientais, que permitam a própria sustentabilidade do processo de modo que possa ser usado de maneira contínua sem riscos para a existência humana e ambiental. Isso implica em mudanças nas formas de relacionamento entre as pessoas e, no mesmo sentido, nas formas materiais e concretas nas quais se ampara essa

produção, distribuição e comercialização. Obviamente, isso implicaria em uma mudança radical em vários aspectos das relações sociais e das formas materiais. Processo de transformação difícil em meio à hegemonia monumental de um modo de produção contrário. Afinal de contas, o capitalismo existe para a execução do lucro pelo triunfo da mercadoria e formas novas implicam no seu contrário. Mesmo assim, há pessoas engajadas em formas alternativas que buscam essa transformação, entre permanências e rupturas.

Não é uma tarefa fácil. Como produzir alimentos e competir na sua distribuição com cadeias produtivas gigantes assentadas no agronegócio? Como comercializar alimentos com preço justo em sociedades pobres que mal conseguem o suficiente para comprar o absolutamente necessário para a subsistência?

Por isso, na sequência, apresentamos relações sociais que representam a busca por essas alternativas. Não constituem exatamente a apropriação do espaço, na medida em que a transformação completa das estruturas e das próprias formas nem sempre se viabiliza, mas apontam o caminho de um possível, são um *detour* (desvio) do espaço abstrato em direção ao diferencial.

A verdade é que continuamos com a lição de Marx e Engels (1998, p. 19), quando nos mostram que

não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital.

Assim é o exemplo da agricultura urbana e periurbana que, para alguns, parece desafiar a lógica de produção do espaço urbano, mas, na verdade, porque compreendem o espaço urbano apenas como o espaço concebido pelo modo de produção capitalista. O verdadeiro exercício do direito à cidade, como ensina Lefebvre (2001), nos põe diante de uma proposta política de apropriação da cidade na sua totalidade, para todos os momentos da vida. É o que nos mostra, por exemplo, o estudo de Fernandez e Filho (2019), ao analisarem o processo de agricultura familiar urbana na cidade do Rio de Janeiro. É um exemplo de como a agricultura familiar em meio urbano é uma existência real, difícil de ser entendida, haja vista que não compõe a realidade espacial urbana recorrente. Os autores demonstram que houve um processo crescente de invisibilização da atividade agrícola no município que, mesmo assim, persiste. O relato da experiência nos mostra que

nos anos 2000, os agricultores do Maciço passaram por um processo de conversão à produção orgânica/agroecológica, graças à atuação de mediadores e inserção em projetos,

resultando também na entrada em mercados alternativos e fóruns de participação política. O ano de 2010 marcou a aproximação dos agricultores do Maciço da Pedra Branca com a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que neste período se constituía como tal (FERNANDEZ e FILHO, 2019, p. 5).

A experiência mostra que houve mobilização de grupos em torno da agricultura familiar e agroecológica que com isso conseguiram conquistar mercados alternativos e institucionais para agricultores. Resultado desse processo foi que, em 2010, se teve o acesso desses grupos às feiras do Rio de Janeiro, com a criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas por parte da Prefeitura Municipal.

O exemplo demonstra a possibilidade de pensar a agricultura, inclusive a familiar, como uma possibilidade da cidade, não como um elemento residual ou estranho à lógica do espaço urbano. Almeida e Costa (2014, apud FERNANDEZ e FILHO, 2019, p. 7) apresentam três matrizes teórica para o entendimento da agricultura urbana. A primeira corresponde a da espoliação urbana, quando a prática agrícola se utiliza como estratégia de sobrevivência das populações mais pobres, acentuando uma visão politizada das desigualdades no modo de produção capitalista. A segunda possibilidade aponta a agricultura urbana em uma perspectiva mais tecnicista, como um paliativo dos impactos ambientais e de promoção de segurança alimentar e luta contra a pobreza, sem, contudo, enfrentar a desigualdade e a insustentabilidade do desenvolvimento urbano. A terceira, é condizente com o que temos aludido ao pensamento de Lefebvre (2001) mostrando o caráter político da agricultura urbana que se contrapõe a hegemonia do modo de produção capitalista dominante.

A agroecologia, em si, representa também uma forma alternativa de contraposição à produção majoritariamente existente. A produção de alimentos saudáveis e a preocupação com o ambiente e com formas sustentáveis de produção agrícola estão na base de movimentos que valorizam a relação com o espaço não para exauri-lo, mas para mantê-lo produtivo. Hoje, com a existência da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012), esse reconhecimento já se tornou mais evidente, entretanto ainda constitui um canal de enfrentamento importante com o agronegócio. O texto de Canevesi, Moura e Souza (2016) analisa os avanços, limites e desafios de ações pautadas na agroecologia do ponto de vista das suas dimensões econômica, social política e ambiental, deixando clara a assimetria existente entre agroecologia e agricultura familiar e agronegócio. Também analisa a inserção da agroecologia nas políticas públicas voltadas para o setor com base nos marcos legais regulatórios entre 2003 e 2012, concluindo que a agroecologia possui potencialidades para assegurar a soberania alimentar e

nutricional por meio de práticas mais sustentáveis e inclusivas socialmente, valorizando a importância do papel da agricultura familiar e camponesa. Constitui-se assim, em mais uma vivência em busca da apropriação do espaço.

O papel das mulheres é inegável quando ligado à questão alimentar e nutricional, tanto por sua participação nos processos produtivos, de distribuição e comercialização, como pela vanguarda de luta que representam em quase todas as sociedades, mesmo onde reina o patriarcado. A capacidade de luta das mulheres é inestimável. Na publicação da Rede Global para o Direito à Alimentação e à Nutrição (2019) esse papel é muito bem salientado. O relatório traz o relato de experiências vividas por pessoas reais, mostrando a capacidade e o enfrentamento realizado por mulheres para transformar os sistemas alimentares a fim de garantir o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas para todos. Os artigos do *Observatório*

dão visibilidade explícita às mulheres negras, *dalits*, indígenas, migrantes, refugiadas e LGBTIQ. Os artigos também destacam a luta individual e coletiva de mulheres urbanas e rurais, camponesas, trabalhadoras agrícolas, pequenas produtoras, pastoras, pescadoras, consumidoras, mulheres à espera de asilo, refugiadas, mães, irmãs, filhas e esposas. As suas identidades e “posicionalidades” são múltiplas e fluidas ao longo do tempo e do espaço. Como revelado por uma abordagem feminista interseccional e uma perspectiva de direito à alimentação e à nutrição, as vidas e experiências das mulheres e sua relação com e acesso a alimentos adequados (ou falta deles) são moldadas não apenas por seu gênero, mas também pela sua raça, etnia, casta, classe, orientação ou identidade sexual, localização geográfica (urbana/rural, Norte/Sul) e (d)eficiência, entre outros fatores. (REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO, 2019, p. 8).

As mulheres estão cada vez mais presentes e são cada vez mais responsáveis pela construção de lutas que subvertem a lógica dominante e apontam para um caminho de superação para minorias não apenas do gênero, mas para quem vive nas suas sociedades.

O tema do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional não se esgota aqui. É imprescindível anotar que no momento em que o mundo enfrenta uma crise sanitária histórica em decorrência da COVID-19, a preocupação com a alimentação se torna ainda mais importante, sobretudo em face ao aumento das dificuldades econômicas resultantes das medidas de proteção em função da doença. Trata-se de um tempo de aumento da insegurança alimentar (OBHA, 2020)

Ainda resta mostrar, além das relações sociais que demonstram a capacidade de transformação existente na sociedade, o resultado de muitos desses processos. A maioria dessas práticas aparecem ainda não como alternativas, mas apenas como modismos e ações restritas à comportamentos próprios de grupos específicos, identificados por sua etnia, raça, gênero e, via de

regra, por sua condição de pobreza. É preciso sistematizar tais ações como um movimento consciente e deliberado em busca de melhores condições de vida, de alimentos saudáveis e territórios sustentáveis. O resultado dessas práticas pode ser visto na comercialização de produtos agroecológicos, livres de agrotóxicos e produzidos pela dedicação de agricultores familiares em seus afazeres cotidianos. Também aparece nas feiras livres, principalmente aquelas dedicadas à pequenos produtores que podem exercer livremente seu direito de comercializar o fruto do seu trabalho (RADUNZ e RADUNZ, 2017; SACCO DOS ANJOS, F. GODOY, W. I.; VELLEDA, N., 2005). Também está visível na presença das mulheres em todas as etapas do processo produtivo, evidenciando a capacidade transformativa do gênero em relação às condições de dominação. Há a ainda a necessidade de estudos empíricos que analisem casos específicos, não como exemplares únicos dessas práticas, mas como exemplos de uma transformação em curso. Longe do espaço abstrato concebido pelos estamentos do poder é preciso mostrar o espaço diferencial vivido pelas pessoas no cotidiano da transformação.

6.5.3 Apontando direções

Ao longo da análise se demonstrou a perspectiva própria da Geografia no tratamento científico da questão referida à produção de alimentos saudáveis em territórios sustentáveis, por intermédio da consideração do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequados e da Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda que a Geografia tenha sido marcada por uma análise positivista e neopositivista na construção de seu referencial teórico, e que tal herança ainda permaneça em muitos rincões do ensino dessa ciência no Brasil, fato que não pode ser ignorado pelos defensores de uma Geografia crítica, sob a pena de se “tapar o sol com a peneira”. Para superar esses paradigmas tradicionais que ainda rondam nossas salas de aula e nossas práticas militantes é preciso buscar a fundamentação epistemológica adequada, para que se estabeleça um pensamento efetivamente crítico não apenas discursivo, mas capaz de se colocar à frente da condução de práticas efetivas.

Nessa perspectiva a análise do DHAA e SAN se apresentam como a análise de relações sociais capazes de promover resultados objetivos no espaço, e são afetados pelo espaço, em uma relação de interação mútua e constante, de tal forma que sociedade e espaço se integrem em uma realidade socioespacial. As políticas públicas exercem um papel fundamental na realização desses

direitos, pois são o fator que faz sobressair o bem comum e a finalidade social sobre a propriedade privada e o lucro do mercado e do capital.

Mas, quando o próprio Estado não consegue, por sua condição de inépcia ou por opção política, desenvolver esse papel público e social, resta à própria sociedade a busca da transformação, pela autonomia ou pelo confronto. Em qualquer dos casos há a certeza de que as permanências dão a estabilidade necessária para a realização do cotidiano e representam a segurança para o exercício de uma vida saudável e sustentável, mas que as rupturas são a necessidade de busca por esses direitos quando a realidade que nos é imposta negar seu exercício.

Nestas condições, o acesso a alimentação saudável, exercício do DHAA e SAN, antes de serem efetivamente direitos fundamentais, são conquistas sociais, cuja atenção chega não pela providência de um Estado de Direito que garanta seu cumprimento à sociedade, mas como resultado de uma luta. De outra forma as pessoas estão submetidas à lógica do agronegócio, dos alimentos processados, da insegurança alimentar.

7 COMPILAÇÃO SUCINTA DAS ATIVIDADES DE PESQUISA DESENVOLVIDAS

Na Universidade Federal de Pelotas coordeno os seguintes **Projetos de Pesquisa**:

Análise da estrutura e da dinâmica do setor de comércio e serviços: variáveis e indicadores para estudo comparado.

O tema deste projeto de pesquisa está inserido na área da Geografia do Comércio e do Consumo. A problematização da pesquisa se volta para o entendimento da organização e da dinâmica dos estabelecimentos de comércio e de serviços. O que se pretende é organizar uma metodologia de estudo comparado utilizando variáveis e indicadores produzidos por instituições e organismos que analisam o setor do comércio e de serviços. Com isso, se tornará possível entender a estrutura e a dinâmica das distintas cidades do Brasil, compreendendo a lógica que preside tal organização bem como as diferenças existentes entre elas.

Atlas do comércio de Pelotas: Análise da composição, da organização e da dinâmica do comércio de bens e serviços em Pelotas, RS, 2021-2024

O projeto trata de pesquisa acerca da composição, da organização e da dinâmica do setor de comércio de bens e de serviços na cidade de Pelotas, RS. Se propõe a investigar a produção do espaço urbano relacionado à atividade terciária, assim como a identificação, a distribuição, a localização, a tipologia e os relacionamentos do setor de comércio e serviços com a sociedade e a economia. Parte do pressuposto de que a relação existente entre cidade e comércio é fundamental para a estrutura interna da cidade e de que as formas comerciais, bem como suas inerentes funções, juntamente com a organização do comércio, atuam firmemente na produção do espaço urbano. Nesse sentido, a composição tratará de aspectos da forma, tais como tamanho, volume, capacidade de atendimento e possibilidades de geração de fluxo associada. Enquanto isso, a organização tratará de analisar a estrutura existente, analisando as relações, fluxos efetivos, concentrações espaciais, especializações e formação de centralidades. Por fim, os aspectos relacionados à dinâmica tratarão de entender as funções dos estabelecimentos e os processos temporais associados que possibilitam compreender a dialética de reprodução do espaço comercial. Os mapas permitirão analisar, além da estrutura atual, a dinâmica do setor ao longo do tempo e com a possibilidade de atualização permanente. O projeto também investiga o papel do centro e da produção de outras formas de

centralidade na organização da estrutura interna da cidade. Trata-se de um levantamento em bancos de dados existentes, com apoio em trabalhos de campo com vistas a constituir séries estatísticas capazes de permitirem um estudo permanente e atualizável do setor. Reveste-se de importante instrumento de planejamento urbano e de análise do espaço urbano, com base no urbanismo comercial, tendo em vista que a cidade de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, exerce um importante papel na rede urbana gaúcha, fortemente apoiada na função comercial.

Rede Brasileira de estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo.

A presente pesquisa trata do tema da Geografia do Comércio e do Consumo no âmbito da Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo. Realiza a sistematização de publicações sobre a temática do Comércio e do Consumo no Rio Grande do Sul, no período de 2002 a 2022. Analisa o Atlas Nacional de Comércio e Serviços (IBGE, 2013) identificando e sistematizando indicadores para serem trabalhos em escala local, primeiramente com testagem em Pelotas, RS e, depois, com a participação de pesquisadores da rede, em estudos a serem replicados em outras cidades do Brasil. Utiliza como metodologia a análise de conteúdos para identificar, selecionar e classificar as publicações nas bases de dados QUALIS/CAPES, SCIELO e SCOPUS. Organiza a sistematização do banco de dados gerados em página na internet.

Além da coordenação dos projetos referidos, participo, como colaborador, dos seguintes projetos de pesquisa em andamento:

- Os Sertões e o desenvolvimento regional: (des)encontros na microrregião de Euclides da Cunha, Bahia (2015 – 2020);
- Centro de Cidades Saudáveis, Envelhecimento e Cidadania;
- Geografia Política, Identidades e territorialidades;
- Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de dispersão territorial do vírus e seus impactos no sistema de saúde;
- Hortas Urbanas: Um projeto de sustentabilidade urbana para comunidade pelotense.

A seguir são relatados os resultados de diversas pesquisas cujo tema principal abordou o estudo da paisagem, do centro, do comércio e do consumo, com base em metodologia dialética. De

modo geral, os trabalhos dão sustentação epistemológica às pesquisas realizadas nesta área pelo autor. São exemplos de resultados concretos obtidos nos trabalhos empíricos realizados.

- a) VIEIRA, Sidney Gonçalves. Quando comer bem é uma conquista: segurança alimentar e estratégias alternativas de produção e comercialização de alimentos saudáveis em territórios sustentáveis. In OLIVEIRA, Giovana Mendes. **Hortas urbanas. Quando a sustentabilidade encontra a cidade.** (Org.). Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2021.

Importante capítulo de livro organizado por membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais, coordenado pelo autor, que relata as pesquisas desenvolvidas durante a realização das atividades previstas. O capítulo apresenta as bases fundamentais de análise da produção e da comercialização de alimentos em suas formas alternativas, que escapam aos grandes conglomerados do agronegócio e representam, nesse sentido, uma forma de resistência, de produção de um espaço diferencial.

- b) VIEIRA, Sidney Gonçalves; BERTONCELLO, Rodolfo. Lugares de turismo, lazer, comércio e consumo em Buenos Aires: permanências e rupturas. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; MORAES SOBRINHO, Aparecido Pires de. (Orgs.) **Espaços de consumo em tempos de Covid-19** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

O texto é um relatório de pesquisa realizada durante a realização de estágio doutoral na condição de professor visitante sênior (CAPES/PRINT/UFPEL) na *Universidad de Buenos Aires (UBA)*, escrito em coautoria com o professor Rodolfo Bertoncello, da UBA e supervisor do estágio. Capítulo de livro onde a paisagem alimentar é analisada a partir da perspectiva da cidade de Buenos Aires como cidade gastronômica. Trata de um trabalho de campo realizado em mercados, feiras e comércio de rua durante a crise sanitária de Covid-19. A pesquisa analisa as permanências e rupturas ocorridas no setor enfocado, durante a pandemia.

- c) VIEIRA, Sidney Gonçalves; PEREZ, Rossanna Prado. Comércio y memoria en la plaza. Metamorfosis y permanencia de actividades terciarias en Praça da Alfândega, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Maria Laura; BERTONCELLO, Rodolfo; DI NUCCI, Josefina. **Ciudad, comercio y consumo: nuevas perspectivas para su estudio geográfico.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020.

O capítulo do livro aborda a questão das permanências e rupturas das atividades comerciais pesquisadas na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, RS. Trata-se de um estudo de análise da

paisagem, com enfoque cultural, como tema, no qual a problematização é dada pelo comércio e pelo consumo na praça, ao longo do tempo.

- d) RIBEIRO, Francine; VIEIRA, Sidney Gonçalves. O zoneamento urbano como estratégia de preservação da paisagem cultural do centro histórico de Pelotas, RS. *In: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, v. 6, p. 283-303, 2014.

O artigo faz uma análise da paisagem cultural sob a ótica de sua organização sob o enfoque do zoneamento urbano na cidade de Pelotas, RS. Apresenta pesquisa desenvolvida no comércio do centro da cidade, onde é feita a avaliação do aparato publicitário na paisagem.

- e) VIEIRA, Sidney Gonçalves; LIHTNOV, Dione Dutra. Pelotas e a sobrevivência do setor terciário: uma vocação histórica. *In: FERNANDES, José Alberto Rio; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) Brasil e Portugal vistos desde suas cidades. As cidades vistas desde seus centros. 1ed. Porto: Cultura Académica, 2018, v. 1, p. 345-370.*

O capítulo relata extensa pesquisa apresentando o contexto no qual a cidade de Pelotas, RS, se insere na análise do setor terciário. O trabalho serve de caracterização da cidade de Pelotas como objeto de estudos de interesse para a Geografia do Comércio e do Consumo.

- f) VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro da cidade**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. v. 1. 290 p.

Livro que apresenta pesquisa realizada sobre o centro da cidade de São Paulo, SP, que serve de base para o entendimento da análise proposta com fundamento no método regressivo-progressivo proposto por Lefebvre. Os estudos do centro e, por conseguinte, do comércio e do consumo, na perspectiva que os temos realizado, utilizam esta fundamentação, de modo geral.

Atividades em rede

Durante a atuação profissional tem sido possível trabalhar integrando redes já existentes no Brasil e na Argentina. Desse modo, a **Rede Brasileira de Estudos Geográficos sobre Comércio e Consumo** se reuniu com o **Grupo de Estudios Geografías Emergentes: políticas, conflicto y alternativas socioespaciales**, do Instituto de Geografía de la Universidad de Buenos Aires e com o **Equipo de investigación sobre Turismo y Territorio**, do mesmo instituto.

A promoção de atividades acadêmicas, tais como a palestra do Professor Cláudio Ressurreição Santos, de Feira de Santana, BA, foi um exemplo de atividade de integração dessas redes.

PPG MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL,
CAPES/PRINT/UFPEL E LEUR CONVÍDAM:

**A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS
DE PRODUÇÃO NO CONTEXTO
DA SOCIEDADE URBANA**

PROF. DR. CLAUDIO RESSURREIÇÃO DOS SANTOS (SEC-BA)

28/10 - 19h

Canal da REBECCA BRASIL no YouTube

No mesmo sentido, a palestra da Professora Claudia Troncoso (UBA), serviu para consolidar os temas de interesses dos diversos grupos envolvidos, principalmente na área da Geografia do Comércio e do Consumo.

PPG MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL,
CAPES/PRINT/UFPEL E LEUR CONVIDAM:

17/12 - 19H

PROFA. DRA.
CLAUDIA TRONCOSO
UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

**Turismo, alimentos y valorización
de especificidades geográficas.
Experiencias en el norte de la Argentina**

No canal do...
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
...no YouTube

LEUR

O Professor Rodolfo Bertoncello (UBA) participou de diversas atividades de integração entre os pesquisadores brasileiros e argentinos, como na palestra que proferiu.

PPG MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL,
CAPES/PRINT/UFPEL E LEUR CONVIDAM:

11 JAN - 19H

Turismo Urbano
Nuevas tendencias e Implicancias
socioterritoriales.
El caso de Buenos Aires

**Rodolfo
Bertoncello**
Universidad de Buenos Aires

No Canal...
LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
...no YouTube

A criação de um Grupo de Estudos integrando pesquisadores brasileiros e argentinos foi outra atividade que tem ajudado a consolidar as relações de rede estabelecidas entre os pesquisadores.

PPG MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL, CAPES/PRINT/UFPEL, LEUR, FACULDADE DE FILOSOFIA Y LETRAS, INSTITUTO DE GEOGRAFIA / UBA CONVIDAM:



INSTITUTO DE GEOGRAFIA

SEMIÓTICA DA PAISAGEM
GRUPO DE ESTUDOS


Coordenação: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Todas as Quartas-Feiras
19h - 20h30min

Participação:
Estudantes de Pós-Graduação em Geografia;
Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPEL;
Estudantes de Pós-Graduação em Geografia - FFyL / IG / UBA;
Professores UFPEL - UBA.

Participar em:
[HTTPS://WEBCONF.UFPEL.EDU.BR/SID-YDV-XKD](https://webconf.ufpel.edu.br/sid-ydv-xkd)

PPG MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL, CAPES/PRINT/UFPEL Y LEUR, FACULDADE DE FILOSOFIA Y LETRAS, INSTITUTO DE GEOGRAFIA / UBA INVITAN:



INSTITUTO DE GEOGRAFIA

SEMIÓTICA DEL PAISAJE
GRUPO DE ESTUDIOS

Coordinación: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

TODOS LOS MIERCOLES
19H - 20H30min

Participación:
Estudiantes de Pós-Grado en Geografía y Memoria Social e Patrimônio Cultural/UFPEL;
Pós-Grado en Geografía - FFyL / IG / UBA;
Profesores UFPEL - UBA.

Participa en:
[HTTPS://WEBCONF.UFPEL.EDU.BR/SID-YDV-XKD](https://webconf.ufpel.edu.br/sid-ydv-xkd)

Também a realização de atividades dentro da programação da rede brasileira permitiu avançar na consolidação da parceria existentes. A Professora Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, da Universidade Estadual Paulista, participou de palestra expondo resultados de pesquisas na área..



**REBECCA**
REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
EM COMÉRCIO E CONSUMO

SILVIA GUARNIERI ORTIGOZA

**AS MÚLTIPLAS POSSIBILIDADES
E DESAFIOS DA ANÁLISE DO
COMÉRCIO E CONSUMO
NA SOCIEDADE ATUAL**

04/11 - 19H

Do mesmo modo, a participação em eventos possibilitou a divulgação de trabalhos desenvolvidos, como durante o XVI Seminário de Estudos Urbanos, quando a atividade do LEUR reuniu o pesquisador com a Professora Maria Adélia de Souza, da Universidade de São Paulo (USP).



**XVI - SEMINÁRIO DE ESTUDOS URBANOS
E REGIONAIS**

DIA 01 DE DEZEMBRO

18h50min - Abertura do Evento;

19h10min - Prêmio Mario Rosa de Mérito Acadêmico em Geografia;

19h30min - Livro "A Cidade e seu Centro"


Prof. Dr. Sidney Vieira (UFPEL)

19h50min - PALESTRA 1: Crises, Conflitos e Alternativas no Espaço Urbano Brasileiro.


Prof.ª Dra. Maria Adélia de Souza

Observa-se a permanência dos vínculos estabelecidos entre os pesquisadores que propiciaram a realização de novas atividades, como pro exemplo, a organização de Grupo de Trabalho junto ao XVIII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), a ser realizado em Córdoba, Argentina, em 2021. Aqui a parceria foi mantida com as professoras Claudia Troncoso e Mariana Arzeno (UBA).



CONVOCATORIA A PONENCIAS
XVIII ENCUENTRO DE GEOGRAFÍAS DE AMÉRICA LATINA
30 DE NOVIEMBRE AL 4 DE DICIEMBRE DE 2021

MESA N°69
**GEOGRAFÍA DE LA PRODUCCIÓN, COMERCIO Y
CONSUMO ALTERNATIVOS DE ALIMENTOS:
LOS NUEVOS VÍNCULOS
CAMPO-CIUDAD**

Coordinadorxs de mesa
Mariana Arzeno
Sidney Gonçalves Vieira
Claudia Troncoso

**Fecha límite de
envío de resumen**
1 de abril de 2021
(a través de perfil de usuario
en web: www.egal2021.org)

No mesmo sentido, no Brasil, se fortalece a integração com colegas de diversas universidades, como se verifica na organização de Grupo de Trabalho no XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), em integração com colegas da Universidade Federal de São Carlos (Campus de Sorocaba, SP), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (Sobral, CE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Uberlândia.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA
EDIÇÃO ONLINE

**GT 69: COMÉRCIO E CONSUMO
NA PRODUÇÃO DA CIDADE**

COORDENADORXS:
CARLOS HENRIQUE COSTA DA SILVA (UFSCAR)
SIDNEY GONÇALVES VIEIRA (UFPEL)
LUIZ GONÇALVES (UVA)
GEISA DAYSE GUMIERO CLEPS (UFU)
ROSA MARIA RODRIGUES LOPES (UERN)



SUBMETA SEU RESUMO ATRAVÉS DO SITE
www.enanpege.com.br

Outras publicações de pesquisas

VIII Seminario Internacional Ciudad, Comercio y Consumo

Comercio, consumo y ciudad en la post-globalización

Barcelona, 13-18 de septiembre de 2021

El Comité Organizador Local ha tomado la decisión que el Seminario tenga lugar en **formato virtual**, manteniendo las fechas previstas. [Leer más.](#)



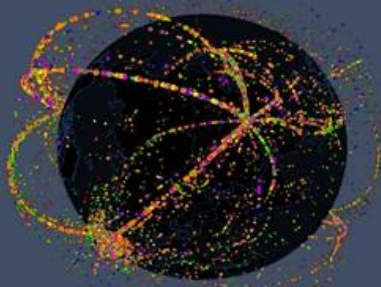
Departament de Geografia
Facultat de Geografia i Història
Universitat de Barcelona

Carrer Montalegre 6
08001 Barcelona

ccc.bcn2021@gmail.com

VIII Seminar City, Retail and Consumption

Barcelona, September 13th - 17th, 2021*



Retail, Consumption and City in the
Geography of post-globalization

*All activities of this event will be virtual

More information at: gecu-ub.wixsite.com/ccc21 - ccc.bcn2021@gmail.com - @CityConsumption

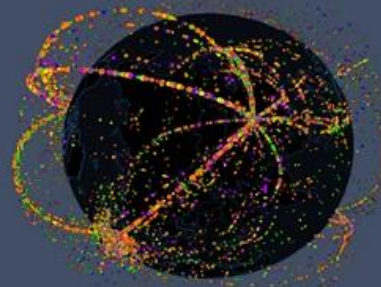
organitzadors:



Grup d'Estudis
Comercials i Urbans

VIII Seminari Ciutat, Comerç i Consum

Barcelona, 13 - 18 de setembre de 2021*



Comerç, Consum i Ciutat a la
Geografia de la post-globalització

*Totes les activitats es desenvoluparan en format virtual

Més informació a: gecu-ub.wixsite.com/ccc21 - ccc.bcn2021@gmail.com - @CityConsumption

organitzadors:



Grup d'Estudis
Comercials i Urbans

PÁGINA DE ROSTO

Título do manuscrito
Globalização, Comércio e Consumo em Tempos de Pandemia

Palavras-chave
Consumo, comércio, e-commerce, covid19, urbano.

Autor 1: Carlos Henrique Costa da Silva
Professor Associado do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Brasil. E-mail: ricougo@ufscar.br

Autor 2: Sidney Gonçalves Vieira
Professor Titular do Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Professor Visitante Sênior 88887.468322/2019-00. E-mail: sid.geo@gmail.com

Autor 3: Rodolfo Bertoncello
Professor Licenciado em Geografia do Instituto de Geografia da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires; Investigador independiente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. O presente trabalho foi realizado com apoio no projeto de pesquisa UBACYT da Universidad de Buenos Aires, com sede no Instituto de Geografia. E-mail: bertoncello.rodolfo@gmail.com



O evento de extensão, realizado de 25 a 29 de abril de 2022, serviu para revelar uma série de discussões acerca das pesquisas em andamento pelo diálogo estabelecido entre os colegas participantes. Durante o evento coordenei a seguinte mesa:

Paisagens Alimentares: Feiras, agroecologia e espaço de lutas

Discussão que tratou: As paisagens alimentares na perspectiva da Geografia. As feiras nordestinas e sua realidade contemporânea. A Agroecologia, Soberania Alimentar e Mercados Institucionais: estratégias de resistência da produção camponesa. A produção do espaço social na luta pela alimentação na cidade.

O tema apresentando resultou em capítulo de livro a ser produzido para a apresentação dos melhores trabalhos e palestras do evento.

8 DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE O PROJETO A SER DESENVOLVIDO

Além dos elementos já expostos, também se considera importante destacar a área objeto de estudo em suas características com relação ao comércio e ao consumo, a fim de que seja possível entender o panorama geral no qual será realizado o estudo. Para isso, a seguir, se utiliza de parte de levantamentos realizados para o projeto Atlas do Comércio de Pelotas, a fim de melhor explicar tal realidade.

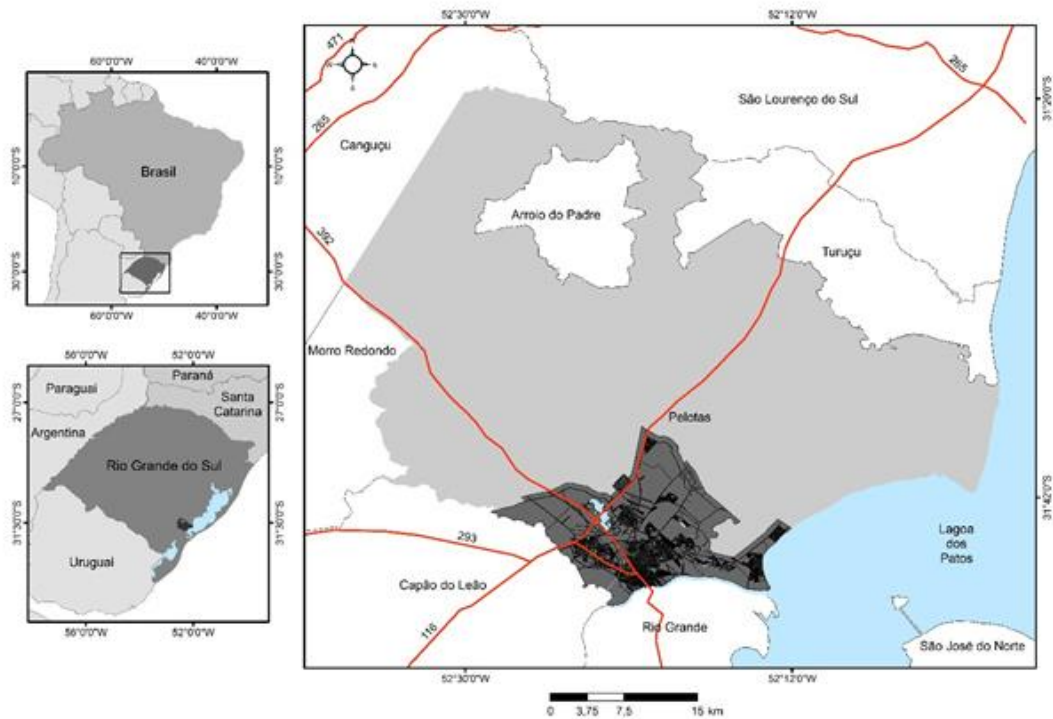
8.1 Pelotas e Rio Grande: uma complementariedade regional

Pelotas é uma cidade na fronteira, pois está no limite da faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional², no extremo sul do Brasil, muito mais próxima de Montevideú (aproximadamente 550 km) e de Buenos Aires (aproximadamente 800 km) do que de São Paulo (cerca de 1.400 km) e do Rio de Janeiro (cerca de 1.800 km). Muito mais próximo do Uruguai (Rio Branco, cerca de 180 km, via Jaguarão) do que da própria capital do estado, Porto Alegre (cerca de 260 km). Essas relações, ao longo do espaço e do tempo, fizeram de Pelotas, do ponto de vista social, cultural e muitas vezes econômico, uma cidade “no centro de uma outra história”.

A parte sul do estado do Rio Grande do Sul foi caracterizada pela exploração agropastoril extensiva, que produziu imensos latifúndios rurais e imensos vazios urbanos, de modo que até hoje o espaço regional se caracteriza por uma rede de cidades de fraca dinâmica se comparada até mesmo com outras regiões do estado.

² Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/80

Figura 1 – Localização de Pelotas no Brasil e no Rio Grande do Sul



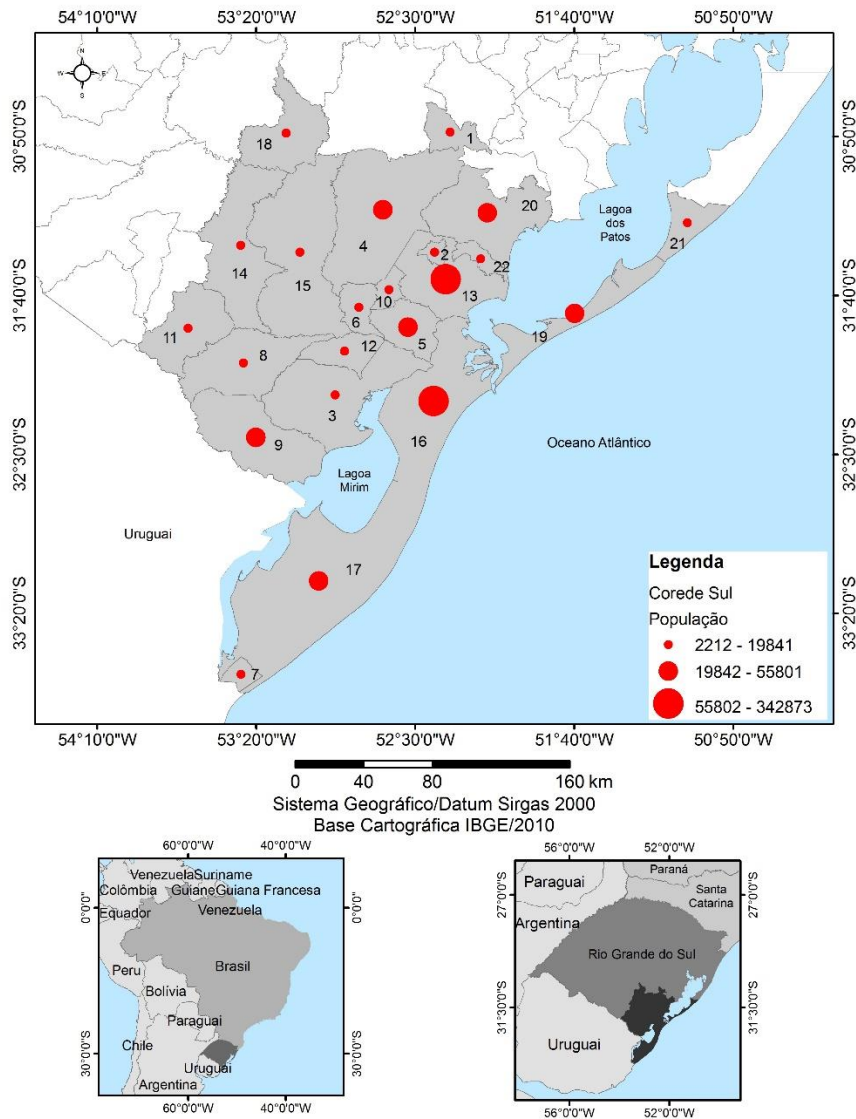
Fonte: Elaborado por Allan Oliveira de Oliveira, com base no Mapa Urbano Básico, III Plano Diretor de Pelotas, 2008, organizado pelo autor.

Hoje em dia, Pelotas e Rio Grande desempenham um papel fundamental na economia regional, sendo Pelotas a cidade cuja economia se volta prioritariamente para o comércio e Rio Grande a cidade cuja tradição industrial se consolida no âmbito naval. Por isso, é inútil tentar entender os processos regionais da urbanização no extremo sul do Rio Grande do Sul, sem levar em conta a característica de complementariedade existente entre as duas cidades. Tanto é assim que os estudos da rede urbana no Brasil que analisam as regiões de influência das cidades revelam esta realidade (IBGE, 2007), apontando Pelotas-Rio Grande como uma Área de Concentração de População (ACP), definida como uma grande mancha urbana “de ocupação contínua, caracterizada pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo” (IBGE, 2007, p. 11). De acordo com o estudo, Pelotas-Rio Grande configuram uma Capital Regional do tipo C, característica de 39 centros urbanos no Brasil, que possuem mediana de população de 329 mil habitantes e 162 relacionamentos, de acordo com a metodologia estabelecida.

As duas cidades, Pelotas e Rio Grande, constituem o marco de referência da Aglomeração Urbana do Sul (Ausul), que é composta pelos municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Capão do Leão e Arroio do Padre. Até o momento, tramitaram na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, desde 2013, três projetos de lei com vista a criar uma região metropolitana envolvendo os municípios de Pelotas-Rio Grande e seus entornos. Um deles, o da Região Metropolitana da Zona Sul, inclui 22 municípios, que integram a Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), e teria uma população com 875 mil habitantes. Outro projeto, o da Região Metropolitana do Sul, inclui 11 municípios, e teria uma população de 727 mil habitantes. O terceiro projeto, uma proposta do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE-Sul), teria a composição com 12 municípios, totalizando uma população com 787 mil habitantes.

Considerando os termos da Lei Federal Nº13.089/2015, conhecida como Estatuto da Metr pole, que considera que uma região metropolitana, deve ser configurada por um espaço urbano com continuidade territorial, uma região metropolitana entre Pelotas e Rio Grande que poderia abrigar ainda os municípios de Capão do Leão e de São José do Norte, totalizando 603.092 habitantes, de acordo com a estimativa de popula o para 2015 (IBGE, 2016). Isso porque   indubitável que Capão do Leão e Pelotas (que até 1982 integravam o mesmo município) encontram-se conurbados, assim como São José do Norte e Rio Grande. A dinâmica de fluxos entre essas cidades é extremamente significativa, o que configura uma característica importante   região polarizada por Pelotas e Rio Grande. Mas, certamente a oferta do comércio e de serviços existentes em Pelotas e Rio Grande abrange uma região muito maior do que a das áreas efetivamente conurbadas, pois se estende  m dos municípios limítrofes. Nesse sentido, os vinte e dois municípios que compõem a região do COREDE-Sul são muito representativos na região de influência de Pelotas-Rio Grande, configurando uma região já institucionalizada desde 1991, quando da cria o dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, permitindo o estabelecimento de séries estatísticas.

Figura 2 - População residente nos municípios integrantes do COREDE-Sul



Municípios: (1) Amaral Ferrador, (2) Arroio do Padre, (3) Arroio Grande, (4) Canguçu, (5) Capão do Leão, (6) Cerrito, (7) Chuí, (8) Herval, (9) Jaguarão, (10) Morro Redondo, (11) Pedras Altas, (12) Pedro Osório, (13) Pelotas, (14) Pinheiro Machado, (15) Piratini, (16) Rio Grande, (17) Santa Vitória do Palmar, (18) Santana da Boa Vista, (19) São José do Norte, (20) São Lourenço do Sul, (21) Tavares, (22) Turuçu.

Fonte: Elaborado por Allan Oliveira de Oliveira, com base em cartografia bruta do IBGE a partir de mapa da Fundação de Economia e Estatística, 2009; dados populacionais com base em IBGE, 2010; organizado pelo autor.

O acesso a vagas de trabalho e a matrículas nas instituições de ensino técnico e superior, conjugados com o altíssimo fluxo de transporte de carga para o escoamento da produção agropecuária, produzem um fluxo diário de informações e de deslocamento de pessoas e bens no eixo formado pelas cidades de São José do Norte-Rio Grande-Pelotas-Capão do Leão-Canguçu,

sugerindo a necessidade de uma governação integrada da região. Ainda se deve destacar o grande potencial da região com relação a sua capacidade de pesquisa e inovação, por ser sede de três instituições federais de ensino superior (Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Rio Grande e Instituto Federal Sul-rio-grandense) e uma particular (Universidade Católica de Pelotas), além de várias faculdades, instituições de pesquisa agropecuária, polos de inovação tecnológica, parque tecnológico e arranjos produtivos locais que contribuem grandemente para a concentração de empregos ligados à alta tecnologia.

A região possui também um complexo portuário importante, constituído pelos portos marítimos de Rio Grande, São José do Norte e o porto auxiliar fluvial de Pelotas, o que contribuiu para a instalação de estaleiros para a fabricação de plataformas de petróleo e equipamentos ligados à indústria de exploração de petróleo e gás. (COREDE, 2016).

Os dados apresentados pela Fundação de Economia e Estatística, que embasam estudos da Secretaria do Planejamento Gestão e Participação Cidadã, demonstram a importância do setor de serviços na região. As atividades ligadas à administração pública representam 27,6% do total do setor referente à região do COREDE-Sul, seguido pela atividade de comércio com 18,7%. De modo geral, a presença da Administração Pública é bem maior nos municípios pequenos em relação à média regional, exceto nos municípios de Pelotas e Rio Grande, onde a participação do setor comercial é maior (ver tabela 1) (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Tabela 1 – Estrutura do Setor de Serviços (%)
Região COREDE-SUL

Municípios	Comércio	Alojamento e Alimentação	Transportes, Armazenagem e Correio	Serviços de Informação	Intermediação Financeira	Serviços Prestados às Empresas	Atividades Imobiliárias e Aluguel	Adm. Pública	Saúde e Educação Mercantil	Demais Serviços
Amaral Ferrador	5,66	0,46	5,03	1,96	3,28	7,29	11,76	55,83	1,10	7,64
Arroio do Padre	8,74	0,70	4,09	2,47	0,00	6,86	10,32	59,69	0,00	7,13
Arroio Grande	11,41	0,92	7,00	3,16	9,83	8,16	15,51	33,38	2,20	8,42
Canguçu	10,97	0,89	3,24	2,77	7,90	5,53	24,70	35,95	2,27	5,79
Capão do Leão	17,57	1,41	10,26	3,07	2,40	7,35	13,80	36,35	0,24	7,56
Cerrito	4,09	0,33	3,43	1,60	7,64	6,18	13,83	56,14	0,36	6,41
Chuí	29,87	2,39	4,97	3,33	5,55	4,86	12,75	30,91	0,34	5,02
Herval	8,55	0,69	6,21	2,78	2,37	7,30	14,57	49,66	0,24	7,64
Jaguarão	15,10	1,22	4,64	3,93	8,00	5,95	18,36	34,10	2,55	6,15
Morro Redondo	7,76	0,64	9,94	4,67	0,00	7,79	10,61	47,07	3,45	8,07
Pedras Altas	3,88	0,33	8,69	1,55	0,00	10,43	10,90	53,12	0,15	10,95
Pedro Osório	8,03	0,64	4,05	4,22	9,63	5,88	18,76	40,10	2,57	6,12
Pelotas	20,33	1,63	4,07	5,69	7,51	4,56	16,13	26,13	9,23	4,72
Pinheiro Machado	8,76	0,71	6,85	2,67	8,14	7,06	14,14	42,65	2,07	6,94
Piratini	12,82	1,04	4,61	2,88	7,17	6,31	12,14	43,12	3,30	6,60
Rio Grande	21,24	1,70	19,18	3,46	4,97	6,72	11,72	19,97	4,00	7,02
Santa Vitória do Palmar	10,26	0,82	6,44	3,57	8,14	7,76	14,62	37,91	2,56	7,91
Santana da Boa Vista	10,34	0,83	4,89	2,18	2,04	6,98	15,98	47,91	1,52	7,32
São José do Norte	9,71	0,78	4,23	3,33	4,78	6,24	16,79	45,35	2,27	6,51
São Lourenço do Sul	19,91	1,61	5,31	3,00	8,09	6,33	11,15	34,44	3,56	6,59
Tavares	13,28	1,08	5,40	2,90	2,53	7,02	14,02	46,34	0,18	7,25
Turuçu	12,14	0,99	5,99	3,31	0,00	8,15	9,56	51,43	0,13	8,30
COREDE	18,66	1,50	9,35	4,26	6,46	5,82	14,67	27,61	5,61	6,05
Estado	25,53	2,06	8,09	4,55	9,13	5,64	11,82	21,46	5,86	5,85

Fonte: SEPLAG, 2011.

Entretanto, é preciso considerar que a região perdeu muito de sua competitividade econômica em relação ao restante do Estado ao longo do século XX. Isso se demandou, principalmente, à baixa dinâmica da agricultura e às dificuldades da indústria. O reflexo na situação demográfica se fez sentir com a região a apresentar indicadores de crescimento populacional abaixo da média estadual. Embora o setor de serviço tenha absorvido uma boa parcela da mão-de-obra, isso não tem sido suficiente para revitalizar a economia na região. Entretanto, verifica-se uma grande concentração econômica nas cidades de Pelotas e Rio Grande, onde o número de empresas e de empregos aumenta a sua representatividade regional e onde existe mais oferta de bens e serviços de uso social coletivo.

A principal área de comércio da cidade está inserida na chamada Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas, o que confere uma importante particularidade ao comércio local que compartilha de uma interessante arquitetura composta por construções de diferentes épocas, mas cuja fisionomia é garantida por suntuosos casarões do século XIX (sobretudo de 1860 a 1890). Por outro lado, daí decorre também um conflito de interesse que contrapõem os desejos midiáticos do aparato publicitário com regras de valorização do patrimônio cultural. A área, ademais, se caracteriza pelo traçado reticular das Ruas.

Hoje, a principal Rua de comércio no centro da cidade é a Rua Andrade Neves, no trecho situado entre as Ruas General Telles, ao sul e Major Cícero ao norte. Parte da Rua é exclusiva para pedestres, com alargamento de calçada e um trecho de calçadão, que se conecta também na forma de calçadão pela Rua Sete de Setembro, com o calçadão da Rua Quinze de Novembro, formando uma área de intenso movimento de pessoas. Nesta parte da cidade estão instaladas as principais lojas, que se distribuem de acordo com uma lógica que vai das boutiques mais sofisticadas da Rua Voluntários da Pátria, até às lojas mais populares da Rua Tiradentes. O Calçadão é o espaço de comércio mais democrático e dinâmico que, além do comércio tradicional, comporta conflituoso relacionamento com ambulantes.

8.2 Dinâmica locacional: centro e centralidade em Pelotas, 1960 a 2014

O comércio sempre fez parte da história da cidade, como se observa em Arriada (1994) que demonstra que já em 1822, antes de ser cidade, 17,17% dos prédios de Pelotas correspondiam a estabelecimentos comerciais e, em 1832, já eram 27,38% do total. Em

1940, eram 729 os pequenos estabelecimentos, responsáveis por 1.884 funcionários, a que se somavam 45 grandes empreendimentos que geravam emprego para 1.430 trabalhadores. Em 1950, a cidade contava com 861 estabelecimentos de pequeno porte com 2.284 empregados e 151 grandes empresas que somavam 1.735 empregados (SIEWERDT, 2016, p.69).

A localização dos estabelecimentos apresentava uma concentração diversa da atual, pois estavam principalmente na Rua Félix da Cunha, Quinze de Novembro e Marechal Floriano. A Rua Andrade Neves só ganhará destaque a partir dos anos 1950. Antes disso, a Rua Félix da Cunha era conhecida como a “Rua do Comércio”, título que passou para a Rua Quinze de Novembro até que se transferisse para a atual Rua Andrade Neves. O comércio responde hoje por 77,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do município (IBGE, 2010).

Historicamente, o comércio tem sido o principal vetor de desenvolvimento do espaço urbano na cidade de Pelotas. No período compreendido entre os anos de 1960 e 2014, existiam 28.901 alvarás comerciais cadastrados na área urbana. Destes, 1.285 estabelecimentos correspondiam ao comércio atacadista e 27.616 estabelecimentos ao comércio varejista.

Os equipamentos comerciais predominantes eram do gênero alimentício em ambos os setores. No que tange a diversidade tipológica, destaca-se o setor de construção no comércio atacadista, e de lazer e cultura no varejista. Nos níveis posteriores, ambas as atividades apresentam os setores de artigos pessoais e de prestação de serviços como os mais numerosos e diversificados.

Em relação à distribuição espacial dos estabelecimentos, na década de 1960, o comércio varejista era exercido preponderantemente no centro da cidade, destacando-se as Ruas General Osório e a Av. Bento Gonçalves. Na década de 1970, observa-se a consolidação e a expansão da área central, delimitada ao norte pela Av. Bento Gonçalves, estendendo-se em direção sul. Destaca-se também o deslocamento de atividades comerciais para o oeste do centro (Rua Marcílio Dias) e no bairro Fragata (Avenida Duque de Caxias), assim como o surgimento de pequenos núcleos comerciais em outras áreas.

Já durante a década de 1980, se evidencia a expansão da área central além da Av. Bento Gonçalves, direção noroeste, e desdobramentos para sul, em direção ao bairro Porto. Constata-se ainda um forte deslocamento de atividades na Rua Marcílio Dias,

multiplicando-se ao longo da Avenida Fernando Osório; e no bairro Fragata (Avenida Duque de Caxias) e também em direção ao bairro Areal. Por fim, durante a década de 1990, ressalta-se a expansão da área central na direção norte e os desdobramentos ao sul (Porto). Paralelamente, nota-se o deslocamento de atividades nos bairros Fragata e Porto assim como o reforço do deslocamento nos bairros Três Vendas e Areal.

Na década de 2000, o principal fator a ser destacado é a estagnação no processo de expansão da área central. Ressalta-se ainda, o reforço do desdobramento da área central na Rua Marcílio Dias e Avenida Fernando Osório, e também ao longo da Avenida Adolfo Fetter, em direção ao Laranjal, assim como ao sul, na área do Porto. Por fim, entre os anos de 2010 e 2014, ratifica-se a estagnação do vetor de crescimento da área central, constatando-se a consolidação dos desdobramentos nos bairros Três Vendas, Fragata, Areal e Laranjal, os quais evoluíram, progressivamente, acompanhando o movimento de expansão da malha urbana da cidade.

Dentre os fatos expostos, a relação do centro com o restante espaço urbano merece destaque. A dinâmica locacional que define o centro e as centralidades na cidade é diretamente relativa às relações sociais de produção ao longo do tempo e do espaço. Uma das mudanças mais importantes no processo de estruturação do espaço urbano é a redefinição do papel do centro, destacado aqui na forma de centralidades urbanas. Pintaudi (2009) destaca que o centro urbano, aquele que guarda a memória da cidade, histórico, é permanente. Já a centralidade, é mutável no tempo e espaço. Na cidade de Pelotas se observa que o centro tradicional progrediu ao longo dos anos de 1960 a 2000, tendo como base o seu sítio original, evoluindo espacialmente ao longo do tempo em três ciclos distintos. Neste sentido, podemos entender a expansão e declínio da área central na cidade observando a ascensão de áreas periféricas funcionalmente equivalentes ao centro tradicional, demonstrando a dinâmica dos sistemas comerciais no ambiente urbano. A resposta espacial da dicotomia centro-periferia será percebida através da estrutura urbana poli nucleada, na dinâmica contraditória de concentração e descentralização dos espaços urbanos, e principalmente, na disputa pela atração social, política e econômica nestes espaços.

Com relação ao comércio atacadista, verifica-se a soberania do centro em todas as tipologias, exceto no caso de veículos e transportes, onde há forte tendência de deslocamento ao vetor norte, constituindo um desdobramento especializado da área central nesta região. Também no que diz respeito ao setor de “atacarejo”, constituído por

lojas de venda por atacado, mas que também vendem à varejo, grandes estabelecimentos se localizaram na Zona Norte do Centro. Pelo fluxo que tais equipamentos geram, é importante sua localização ser destacada.

Tendo por base as constatações expostas, podemos dizer que na cidade de Pelotas, em 2017, a distribuição do comércio ainda é muito marcada pela importância do centro tradicional. Também podemos afirmar que o crescimento da cidade impulsionou o surgimento de novas áreas dotadas de condições de centralidade. É possível reconhecer concentrações comerciais significativas em áreas periféricas da cidade como os bairros Fragata, Três Vendas e Laranjal, com os dois últimos apresentando um desdobramento especializado no ramo de transportes (revenda de automóveis e autopeças). No bairro Três Vendas também se observa maior concentração de estabelecimentos do ramo alimentício, em especial do setor atacadista, enquanto que o bairro Fragata concentra um número considerável de lojas no ramo de artigos para uso pessoal. O bairro Laranjal, apesar de não apresentar uma significativa concentração comercial, é detentor de um poder de centralidade atrelado ao seu apelo turístico, haja vista sua localização à orla da Lagoa dos Patos. Já os bairros São Gonçalo e Areal apresentam um nível de concentração semelhante e relativamente baixo, em comparação às outras áreas, o que se deve principalmente à dispersão das atividades comerciais em ambos os bairros. Esta realidade demonstra a complexidade e heterogeneidade do mosaico urbano da cidade, que apesar de ainda ter no seu centro tradicional sua principal dinâmica comercial, evolui e se (re)produz em múltiplas formas e espaços.

A análise da dinâmica comercial da cidade de Pelotas explica os movimentos que ocorrem e possivelmente os que ocorrerão no espaço ao longo do tempo. Entender esta dinâmica é fundamental para pensar o futuro da organização do espaço urbano da cidade, podendo-se chegar a um modelo dinâmico de estruturação do espaço urbano que mostre claramente as tendências seguidas pela estrutura da cidade. De um modelo monocêntrico inicial, a cidade se expande em seu crescimento levando consigo as localizações do comércio atacadista e varejista na constituição de um espaço alargado e multicêntrico.

Verifica-se que a distribuição dos estabelecimentos na área urbana não ocorreu aleatoriamente, já que a escolha da localização foi fortemente orientada pelas lógicas próprias do modo de produção em geral e pelas relações sociais de produção em particular. Os eixos principais de crescimento urbano mostram como a escolha da localização guarda extrema relação com os locais preferidos de moradia. A infraestrutura

existente, ou potencialmente existente, é outro elemento importante na escolha do local de implantação de estabelecimentos individuais e conjuntos comerciais, mostrando que áreas “esgotadas” são descartadas em contrapartida com outras melhor qualificadas. A concentração demográfica, evidente em algumas áreas da cidade, também exerceu forte influência locacional. Globalmente, é possível identificar os principais vetores de deslocamento das localizações comerciais, as novas centralidades formadas e o comportamento do centro ao longo do tempo. Ou seja, com o crescimento físico-espacial da cidade o centro se expande e se multiplica.

No princípio, contido nas Ruas tradicionais dos primeiros loteamentos, assiste, com o passar do tempo, a instalação de equipamentos comerciais em pontos mais afastados, que aos poucos vão constituindo novas centralidades nessa dinâmica. O vetor que se consolida no limite oeste do centro, delimitado pela Rua Marcílio Dias, é característico da periferia de centro, com grande número de estabelecimentos de serviços, revenda de automóveis e outros estabelecimentos cuja localização central implica em grande investimento que limita os ganhos da atividade. O mesmo ocorre no limite leste, na Rua Almirante Barroso, clara delimitação com a área residencial que segue para o leste. Ao sul, no Bairro Porto, a atividade universitária marca a ocupação do espaço pela marcante presença das universidades nesse local.

Os estabelecimentos de comércio e de serviço destinados ao público universitário se mesclam com a função residencial. Já ao norte do centro, o crescimento da atividade comercial se consolida. Com respeito a essa localidade, ao norte da Avenida Bento Gonçalves, é interessante notar como os estabelecimentos comerciais vão aos poucos substituindo as belas residências ocupadas por uma população de renda alta. A instalação de clínicas médicas e outros serviços especializados se dão em conjunto com estabelecimentos comerciais mais sofisticados, que seguiram o padrão de ocupação econômica dos antigos residentes. Nesse contexto se dá a formação dos centros de comércio nos bairros, principalmente nas Três Vendas, no Fragata e no Areal. Mais recentemente, nas praias do Laranjal, se consolida um bom aparelho comercial, concretizando o mosaico de centralidades comerciais da cidade.

Uma análise ainda a ser feita sobre a Geografia do Comércio e do Consumo em Pelotas deve incluir uma importante consideração sobre o comércio informal. Cada vez mais os setores privado e público buscam estratégias de regulação e formalização dos comerciantes populares, buscando não só a inclusão desses setores nas cadeias produtivas

formais, como também um modo de obtenção de lucro pela regularização das atividades informais.

O comércio popular informal, na sua forma mais tradicional, é aquele exercido na rua com venda direta ao consumidor. Situação comum nas feiras e mercados públicos, no passado, se transformou no comércio de ambulantes, camelôs e empreendedores sociais que se instalam em diversas partes das cidades. No Brasil, fomentado em grande parte por uma economia cuja instabilidade é de longa duração, é comum que grande número de pessoas desempregadas e subempregadas busquem formas alternativas de sobrevivência, sendo o comércio informal uma das mais visíveis na economia. Recentemente, o grande número de desempregados no país, a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e a queda de consumo das famílias alimentaram cada vez mais um mercado que obtém lucro na informalidade, na fuga dos sistemas de tarifação e impostos e, não raras vezes, na clandestinidade. O Índice de Economia Subterrânea da Fundação Getúlio Vargas apontou que somente em 2015 o setor informal movimentou mais de 900 milhões de reais (cerca de 400 milhões de dólares), o que aponta que o varejo popular informal é um setor de grande importância no país. Assim, o comércio popular se tornou um setor fundamental para a sustentação da indústria e de setores produtivos.

Certamente um setor com tal volume de negócios não passaria despercebido pelos empresários e pelo próprio Estado. Cada vez mais o setor privado e público busca estratégias de regulação e formalização dos comerciantes populares, buscando não só a inclusão desses setores nas cadeias produtivas formais, como também um modo de obtenção de lucro pela regularização das atividades informais. Nesse caminho, a organização dos vendedores de rua em associações, cooperativas e outras formas de organização popular, representam um contraponto às formas empresariais capitalistas trazidas pelos empresários e pelas políticas públicas que buscam a regularização do setor.

Inobstante tudo isso, uma parcela considerável de empreendedores sociais escapa a essas estratégias e permanece se apropriando do espaço público em confronto direto com as formas de regulação do Estado. Ainda que não seja objetivo precípuo deste trabalho o levantamento e análise do setor informal, ao tratar do comércio e do serviço, sua localização, distribuição e relacionamentos com a produção do espaço urbano, não poderá deixar de caracterizar a atuação desse setor. Assim, a pesquisa, ainda que subsidiariamente, atuará no sentido de incluir como classificação do setor o comércio popular, exercido em suas diversas formas e maneiras no espaço urbano.

Hoje em dia, é mais comum o Poder Público buscar uma maneira de regulamentar o comércio ambulante, de camelôs e popular em geral, do que buscar punições que limitem definitivamente essa prática. Assim, as prefeituras têm trabalhado junto com empreendedores capitalistas no sentido de arregimentar o setor popular para que atuem dentro de suas regulamentações. Os chamados shoppings populares são exemplo de uma estratégia de organização exercida por empreendedores capitalistas e o Estado na busca de controlar o comércio popular. De qualquer modo, essa é uma análise a ser feita e que merece um estudo específico.

8.3 Considerações gerais sobre o comércio em Pelotas

O estudo da Geografia do Comércio de uma determinada cidade constitui importante ferramenta de análise do crescimento urbano, principalmente porque a vitalidade das áreas urbanas está muito intensamente relacionada com seu uso comercial. A compreensão da dinâmica locacional, das lógicas e estratégias utilizadas pelos comerciantes ao longo do tempo demonstram a importância da atividade na produção do espaço urbano, sendo imprescindível o conhecimento da história do comércio local para o entendimento da cidade como um todo. O centro, e seu comércio, são especialmente importantes na condução da (re)produção do espaço urbano, motivo pelo qual é necessário conhecer sua dinâmica no tempo e no espaço. No mesmo sentido, a compreensão da dinâmica regional explica movimentos internos na produção do espaço urbano, sendo necessário conhecer o quadro do contexto para entender comportamentos e lógicas internas na produção da cidade. Todos esses pontos precisam ser mais bem estudados a fim de que a relação entre eles e a escolha locacional sejam demonstrados. De qualquer forma, foi possível elaborar um modelo geral.

A localização das atividades comerciais representa muito bem a dinâmica das próprias relações sociais de produção no espaço urbano, de modo geral. Trata-se de uma realidade extremamente dinâmica, sobretudo sob a lógica do modo de produção capitalista. O princípio da concentração, que produz o centro, em função da economia de escala, logo é rompido pelos inúmeros contratemplos gerados pela concentração excessiva em um determinado local: tráfego intenso de automóveis, circulação exagerada de pessoas, heterogeneidade dos consumidores, obsolescência da infraestrutura. Tais fatos provocam os deslocamentos das atividades que, via de regra, segue os deslocamentos das

classes de mais alta renda. Em um dado momento, a concentração gera uma “deseconomia de escala” e provoca mudanças.

As novas tecnologias, dispostas a cada nova fase de desenvolvimento tecnológico, também são responsáveis pela migração em busca de áreas melhor adaptadas. O centro, em um dado momento, deixa de ter capacidade para atender a todas as demandas exigidas pelos novos padrões de oferta e consumo, sendo preciso buscar novas áreas onde estas tecnologias estejam disponíveis ou possam ser instaladas.

Toda esta lógica motiva a dinâmica comercial. O caso de Pelotas retrata muito bem esta ocorrência. A cidade tradicional concentrou suas classes de altos rendimentos no entorno da praça central, acompanhados pelo melhor comércio da cidade. Com o passar do tempo esta área passou a ser desvalorizada, conduzindo à popularização do centro, não sua decadência em termos de vitalidade e concentração de estabelecimentos, mas o desinteresse dos mais ricos em face do aumento da procura, da heterogeneidade, da facilidade de acesso e estacionamento. Mudam-se os ricos do centro para outras áreas e o comércio os segue. Este é um movimento que justifica a expansão do centro de Pelotas em direção ao norte da Avenida Bento Gonçalves, a que se associa também o aumento do tráfego automóvel e a reconfiguração do sistema de acessibilidades.

Por outro lado, o próprio crescimento populacional e a expansão da mancha urbana faz com que o centro não comporte o número de estabelecimentos e a diversidade de atividades suficientes para atender a toda a população a uma distância-tempo comportável, o que leva ao sucesso de estabelecimentos localizados fora da área central. A concentração no interior do bairro Fragata pode ser explicada por esta lógica, gerando um centro próprio, ainda que incompleto. Por outro lado, a concentração atacadista ao longo da Avenida Fernando Osório, no bairro Três Vendas, pode ser explicada pela ligação com a região norte do estado, o caminho para a capital, Porto Alegre, numa área propícia para a demanda por terrenos maiores e mais baratos dos que os encontrados na área central, além da maior facilidade para o escoamento dos produtos.

Apesar das alterações recentes, o centro de Pelotas continua sendo o principal espaço de atração de consumidores para o comércio varejista na região polarizada por Pelotas e Rio Grande, sobrepondo-se a novas centralidades onde se verifica a concentração de unidades comerciais e significativos fluxos.

Consideramos que a centralidade não é um dado absoluto representado pelo volume de negócios e estabelecimentos, mas uma componente da sociedade relacionada

à atração exercida por determinadas atividades. Nesse sentido, o centro e as novas formas de expressão da centralidade em Pelotas representam para o comércio regional um elemento de força maior, o que leva a que, apesar de toda a dinâmica experimentada pelo comércio local ao longo do tempo, ainda seja possível afirmar que o centro da cidade de Pelotas representa a área de maior importância comercial na região, acrescentada pelo poder social e cultural que o centro exerce sobre o espaço regional. Assim, num contexto multicêntrico, o centro da cidade de Pelotas é não apenas lugar maior da concentração de estabelecimentos e de diversidade de atividades, como lugar representativo da própria cidade que guarda e projeta na região os elementos simbólicos da sua hegemonia econômica na região.

9 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADES	2023/1 mar-jun	2023/2 jul-dez	2024/1 jan-jun	2024/2 jul-dez	2025/1 jan-jun	2025/2 jul-dez	2026/1 jan-fev
Fundamentação teórica							
Desenvolvimento da metodologia							
Delimitação da área de estudos e Seleção dos objetos de estudos							
Protocolos de observação							
Realização de entrevistas							
Fotografias e mapeamentos							
Sistematização e análise dos dados							
Preparo de relatórios							

Fundamentação Teórica – Etapa necessária para revisão da fundamentação teórica, estudo de bibliografia pertinente, levantamento bibliográfico e de outras fontes referentes ao tema para realização do estado da arte acerca do tema. Esta etapa também diz respeito à formação do pessoal diretamente envolvido com a pesquisa. Trata-se, na verdade, de um trabalho de atualização permanente, considerando que durante a realização do trabalho muitos pesquisadores ingressam e saem do trabalho, principalmente os estudantes envolvidos, tendo em vista o desenvolvimento e conclusão de seus próprios projetos e cursos. Aqui serão constituídos grupos de estudos temáticos para estudo da fundamentação teórica acerca do tema tratado.

Desenvolvimento da Metodologia – Do mesmo modo que a fundamentação teórica é necessário que haja preparo para a aplicação da pesquisa, propriamente dita, ou seja, para o desenvolvimento processual dos trabalhos. Nesse sentido, também haverá a formação permanente de grupo de estudo para tratar da metodologia. Esse aspecto abrange tanto o método

de análise como o método de investigação. Também é necessário treinamento específico para uso das técnicas e instrumentos próprios utilizados na pesquisa.

Delimitação da área de estudos e Seleção dos objetos de estudos –

A área de estudo, em termos gerais, está definida como sendo o município de Pelotas, RS. Entretanto, será necessário definir no território do município, onde ocorrerão os trabalhos de pesquisa em campo, definindo bairros e distritos onde serão feitas as análises e investigações, a fim de que possam ser delimitados e caracterizados. Ainda será necessário selecionar os objetos de estudo em si, tais sejam, feiras, mercados, estabelecimentos comerciais, serviços de assistência social entre outros que serão objeto de investigação empírica para levantamento de dados, aplicação de entrevistas, questionários e demais instrumentos de investigação.

Protocolos de observação – A fim de que os levantamentos em campo possam ser sistematizados e comparados para fins estatísticos e de análise, será preciso definir o protocolo de observação, de modo que possa ser utilizado um instrumento comum por todos os investigadores participantes. A definição de tais instrumentos demanda coleta de informações e testagens para sua correta definição. Ainda que a pesquisa não seja estritamente um estudo etnográfico muitos elementos dessa metodologia poderão ajudar nas análises propostas.

Realização de entrevistas – Depois de definidos os instrumentos de entrevistas, deverá ser feita a sua aplicação, com treinamento prévio do pessoal envolvido. Este instrumento também necessita de testagem antes de sua aplicação, para avaliação de sua adequação aos fins propostos. A montagem das entrevistas em função dos sujeitos entrevistados é fundamental para o bom funcionamento deste instrumento de pesquisa.

Fotografias e mapeamentos – Trata-se de etapa de produção de material para análise. A coleta de fotografias e a confecção de mapas são

importantes para que o trabalho tenha capacidade de expressão gráfica. Trata-se de trabalho minucioso que exige conhecimento técnico e preparo para sua elaboração. As informações dos mapas são significativas para possibilitar a correta leitura dos dados e informações de campo. O uso de equipamento adequado, como GPS e câmeras, exige habilidades e treinamento para sua correta utilização.

Sistematização e análise dos dados – Aqui se concentra boa parte do trabalho de relatório da pesquisa, de vital importância, pois permite a análise propriamente dita das informações colhidas em campo, cotejadas com a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa. Haverá necessidade de análise de dados quantitativos e qualitativos por se tratar de um pesquisa de métodos múltiplos.

Preparo de relatórios – Etapa final de extrema relevância para a pesquisa, pois consiste na elaboração de textos, que reverterão em publicações de artigos, trabalhos para congressos e outras publicações relevantes para exposição dos resultados do trabalho. Envolve também a produção de página na internet e outras formas de divulgação. A elaboração de relatório técnico exige consonância com normas pertinentes que devem ser aplicadas.

REFERÊNCIAS

ADEMA, P. **Garlic, Capital of the world. Gilroy, garlic and the making of a festive foodscape.** Gilroy: Upress, 2010.

ALMEIDA, D. A.; COSTA, H. S. D. M. **Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana.** III Seminário Nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. Belém: [s.n.]. 2014.

AMANCIO, J. M. **Controle social: dos serviços públicos à garantia de direitos.** São Paulo: CEBRAP, 2010.

ARZENO, M.; TRONCOSO, C. A. Alimentos tradicionales andinos, turismo y lugar: definiendo la nueva geografía de la Quebrada de Humahuaca (Argentina). *In: Revista de Geografía Norte Grande.* Chile, nº 52, p. 71-90, 2012.

BASTOS, C. D. et al. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR - on line)**, Recife, 19, n. 2, mai - ago 2017. 251 - 266. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id+5139/513954272004>. Acesso em: setembro 2020.

BELASCO, W. J.; SCRANTON, P. (Ed.). **Food nations: selling taste in consumer societies.** New York/London: Routledge, 2002.

BERTONCELLO, R. Turismo y territorio. Otras prácticas, otras miradas. *In: Aportes y transferencias.* Mar del Plata: Facultad de Ciencias Sociales, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 591/92, de 6 de julho de 1992. Atos internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-591-6-julho-1992-449000-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a Organização da República e dos Ministérios e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683impresao.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2016. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em**

assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília: ABRANDH, 2010.

CANAVESI, F. D. C.; MOURA, I. F. D.; SOUZA, C. D. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 23, n. esp., dez. 2016. 1019 - 1030.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

CASTRO. Josué de. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CATAIA, M; SILVA, S. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia.** Campinas, v.3, n. 1, 2013.

CERTEAU, Michael; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHEYNS, Emmanuelle. **Foodscapes from the residents viewpoint.** Disponível em: <https://www.foodscapes.fr/en/project/communal-gardens>. Acessado em 16/10/2019.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** 2. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO – SUL. **Região Metropolitana Sul.** Corede: Pelotas, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa & Projeto de Pesquisa.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DARMON, N. **Communal gardens and their impact on the sustainability of urban lifestyles.** Disponível em: <https://www.foodscapes.fr/en/project/communal-gardens>. Acesso em 16/10/2019.

FERNANDEZ, A. C. F.; FILHO, A. C. B. Agricultura familiar urbana. **Cidades (on line)**, s/l, 39, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cidades/1825>>. Acesso em: 02 out. 2020.

GHINS, M. O argumento de Newton a favor do espaço absoluto. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, Campinas, v. 9, p. 61 - 67, 1986.

GOODMAN, M. K. Food geographies I: relational foodscapes and the busy-ness of being more-than-food. In: **Progress in Human Geography, Reading**, UK: University of Reading, n° 40 (2) p. 257 – 266, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Síntese das informações**. População residente. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>, acessado em 01/08/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JOHNSTON, Jose; BAUMANN, Shyon. **Foodies: democracy and distinction in the gourmet foodscape**. New York: Routledge, 2014.

LEFEBVRE, H. **La producción del espácio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo, Hucitec, 1981 (p. 144-162).

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas de sociologia rural. In: LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Antología preparada por Mario Gaviria. Barcelona: Península, 1971 (p. 61 - 72).

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LOREA, I. M. Prólogo: Henri Lefebvre y los espácios de lo posible. In: LEFEBVRE, H. **La producción del espácio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MACKENDRICK, Norah. Jargon: Foodscape. In: **Contexts**. American Sociological Association. Vol 13, p.16 – 18, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1536504214545754>. Acessado em 16/10/2019.

MARTINS, J. D. S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-23.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MI EWALD, Christina; MCCANN, Eugene. Foodscapes and the geography of poverty: sustenance, strategy and politics in an urban neighborhood. In: *Antipode*. London, Vol. 46, nº 2, 2013.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

OBHA. Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. **Cadernos OBHA**, Rio de Janeiro, 1, 2020.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. 4. ed. São Paulo: Senac, 2003.

PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise; 1) PDF.

PERRIN, C. **Relationship between foodscapes and residents' spatial supply practices**. Disponível em <https://www.foodscapes.fr/en/project/a-geography-of-foodscapes>. Acesso em 03/10/2020.

PIERCE, Charles, Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

PINTAUDI, S. M. Anotações sobre o espaço do comércio e do consumo. In: Carles Carreras; Suzana Mara Miranda Pacheco. (Org.). **Cidade e Comércio - A Rua comercial na perspectiva internacional**. 1 ed. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009.

PRADO, S. D. *et al.* A pesquisa sobre alimentação no Brasil: sustentando a autonomia do campo Alimentação e Nutrição. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16, 1, 2011. 107 – 119.

RADUNZ, A. L. e RADUNZ, A. F. O. Feira Agroecológica da ARPASUL, Pelotas, RS: produção, segurança alimentar e comercialização, um estudo de caso. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, 192, mai., 2017.

REDE GLOBAL PARA O DIREITO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO. **Observatório do direito à alimentação e à nutrição. O poder das mulheres na luta por soberania alimentar**. Alemanha: Brot für die Welt / FIAN International, v. 11, 2019.

RIBEIRO, Francine; VIEIRA, Sidney Gonçalves. O zoneamento urbano como estratégia de preservação da paisagem cultural do centro histórico de Pelotas, RS. In: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, v. 6, p. 283-303, 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2015. 244 f. (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG). **Sul. Perfil socioeconômico**. Porto Alegre: DEPLAN/SEPLAG, 2011.

- SACCO DOS ANJOS, F. GODOY, W. I.; VELLEDA, N. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Ed. E Gráfica Universitária, 2005.
- SANTAELLA, Lúcia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira, 2002.
- SANTARELLI, M.; BURITY, V. **Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome**. Brasília: FIAN Brasil, 2019.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 1979.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- SIEWERDT, Manoela Neves. **Vitrines e Visual Merchandising: a percepção do usuário nos espaços públicos de Pelotas, RS**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. (Dissertação de Mestrado). Pelotas, RS: 2016.
- SILVA, C. H. C. D. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 149 - 178, jul - dez 2014.
- STAKE, Robert. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre, RS: Penso, 2011.
- SURFOOD FOODSCAPES. **Sustainable urban food system**. The impact of urban foodscapes on peoples' food styles: insight from the Great Montpellier área. Disponível em: <https://www.foodscapes.fr/en>. Acessado em 16/10/2019.
- THOME-ORTIZ, Humberto; DE JESUS CONTRERAS, Daniel; ESPINOZA ORTEGA, Angelica; VIZCARRA BORDI, Ivonne. Turismo agroalimentario: la dimensión recreativa de la agricultura, la agroindustria y los alimentos emblemáticos. In FRAIZ-BREA, J. ANTONIO. **Tendencias actuales de turismo en el mundo**. España: SÍNTESIS, (2017).
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade e seu centro**. Curitiba: Appris, 2019.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. Apropriação simbólica do espaço dos mercados emblemáticos de Barcelona: memória e patrimônio. In: **Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina**, La Habana. Cuba. 2015.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. **O centro vive**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro (Tese de Doutorado). Rio Claro: UNESP, 2003.
- VIEIRA, Sidney Gonçalves. Quando comer bem é uma conquista: segurança alimentar e estratégias alternativas de produção e comercialização de alimentos saudáveis em

territórios sustentáveis. *In*: OLIVEIRA, Giovana Mendes de. **Hortas urbanas. Quando a sustentabilidade encontra a cidade.** (Org.). Pelotas: Ed. Da UFPEL, 2021.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; BERTONCELLO, Rodolfo. Lugares de turismo, lazer, comércio e consumo em Buenos Aires: permanências e rupturas. *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; MORAES SOBRINHO, Aparecido Pires de. (Orgs.) **Espaços de consumo em tempos de Covid-19** [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; LIHTNOV, Dione Dutra. Pelotas e a sobrevivência do setor terciário: uma vocação histórica. *In*: FERNANDES, José Alberto Rio; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Brasil e Portugal vistos desde suas cidades.** As cidades vistas desde seus centros. 1ed. Porto: Cultura Acadêmica, 2018, v. 1, p. 345-370.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; PEREZ, Rossanna Prado. Comércio y memoria en la plaza. Metamorfosis y permanencia de actividades terciarias en Praça da Alfândega, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *In*: SILVEIRA, Maria Laura; BERTONCELLO, Rodolfo; DI NUCCI, Josefina. **Ciudad, comercio y consumo: nuevas perspectivas para su estudio geográfico.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2020.

WINSON, Anthony. **The industrial diet. The degradation of food and the struggle for healthy eating.** Vancouver: UBC Press, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de caso. Planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.